

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ALEXANDRE PIFFERO SPOHR**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOLFO PÉRSICO:  
OS CASOS SAUDITA E IRANIANO**

**Porto Alegre**

**2013**

**ALEXANDRE PIFFERO SPOHR**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOLFO PÉRSICO:  
OS CASOS SAUDITA E IRANIANO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

**Porto Alegre**

**2013**

**ALEXANDRE PIFFERO SPOHR**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOLFO PÉRSICO:  
OS CASOS SAUDITA E IRANIANO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 12 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Fábio Costa Morosini  
UFRGS

---

Prof. Dr. José Miguel Martins  
UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer ao governo federal e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me proporcionarem a oportunidade de estudar em uma Universidade e um curso de excelência no país, por me proverem condições de iniciar a carreira que escolhi e por me fazerem acreditar em um serviço público de qualidade. Espero poder um dia retribuir esses anos de ensino proporcionados.

Gostaria de agradecer à Faculdade de Ciências Econômicas, em especial a seus professores e funcionários, indispensáveis à realização e à conclusão de meus estudos universitários. Especialmente, agradeço ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini por me proporcionar meu primeiro contato com pesquisa científica e por me mostrar as gratificações dessa carreira, além de me orientar na produção de meu trabalho de conclusão de curso, e ao Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva por sua importância para a continuação de minha formação enquanto pesquisador.

Gostaria de agradecer à minha família por todo o apoio concedido não só durante minha graduação, mas durante toda a minha trajetória até hoje. Agradeço especialmente a meus pais, Maria Eliete de Almeida Piffero e Paulo Alexandre Spohr, e a meu irmão, Leonardo Piffero Spohr, por serem a base que possibilita a minha busca por realizações pessoais e profissionais.

Ainda, gostaria de agradecer a meus amigos, de todos os lugares e momentos não só por seu apoio, mas principalmente por contribuírem para que todos os momentos pudessem ser vividos de forma mais alegre e por ajudarem a tornar situações complicadas e difíceis menos estressantes do que o esperado. Agradeço a Heloísa Chavannes, Isadora Coutinho e Nathália Pufal por terem me mostrado que é possível manter amizades adquiridas nos tempos do colégio tão fortes quanto antes, apesar dos diferentes rumos através dos quais a vida nos conduz.

Por fim, agradeço aos amigos do curso de Relações Internacionais pelo companheirismo nessa trajetória, especialmente a Gihad Soares, Luiza Andriotti, Marcelo Kanter e Thomás Dorigon. Agradeço a Cristiana Maglia, Lucas Paes e Mariana Steffen não só por serem grandes amigos proporcionados pela Universidade, mas por, mesmo durante os últimos intensos meses, termos mantido a amizade tão viva quanto anteriormente.

*“Não por acaso, chamo atenção para o fato de que o orientalismo e o antissemitismo moderno têm raízes comuns [...] considero uma necessidade vital que os intelectuais independentes apresentem sempre modelos alternativos aos modelos redutivamente simplificadores e aos modelos restritivos e baseados na hostilidade mútua que há tanto tempo prevalecem no Oriente Médio e em outras partes do mundo” (SAID, 2003, p. 20).*



## **RESUMO**

A presente monografia trabalhará dois casos emblemáticos da dinâmica internacional do Oriente Médio: Arábia Saudita e Irã. Os dois países do Golfo Pérsico apresentam diversas semelhanças, mas são suas diferenças que têm um grande peso na distinção de seu espaço no sistema internacional, em especial sua relação com os Estados Unidos. Enquanto o Irã sofre severas críticas ocidentais, seja por seu regime político, seja por seu programa nuclear, a Arábia Saudita é pouco comentada, preservando um regime autoritário fora do centro das análises. Os motivos para essas diferentes situações internacionais é o objeto desse trabalho, que estudará aspectos da política interna e externa dos dois países, principais representantes do Golfo Pérsico. Tal estudo será realizado através da apresentação da história, do sistema político e da inserção internacional dos dois países e de uma posterior comparação dos casos.

**Palavras-chave:** Oriente Médio. Golfo Pérsico. Arábia Saudita. Irã. Política externa.

## **ABSTRACT**

This monographic work will deal with two cases that are representative of the Middle Eastern international integration: Saudi Arabia and Iran. The two Persian Gulf countries show many similarities, but their differences have a major role in distinguishing their spaces in the international system, especially their relations with the United States. While Iran suffers intense Western criticism, either for its political system, or for its nuclear program, Saudi Arabia keeps a lower profile, avoiding criticism to its authoritarian regime. The reasons for such differences are the object of this work, which will study internal and foreign policy aspects of the two countries, which are the main Persian Gulf representatives. Such study will be conducted through presenting the Saudi and Iranian history, political system and foreign policy and through a subsequent comparison of the two cases.

**Keywords:** Middle East. Persian Gulf. Saudi Arabia. Iran. Foreign policy.

## **LISTA DE FIGURAS**

<b>Figura 1 – Sistema Político do Reino da Arábia Saudita.....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 2 – Sistema Político da República Islâmica do Irã.....</b>	<b>29</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	– Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	– Agência Internacional de Energia Atômica
ARAMCO	– Arabian American Oil Company
CASOC	– Arabian Standard Oil Company
CCG	– Conselho de Cooperação do Golfo
CSNU	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
CDDL	– Comitê para a Defesa dos Direitos Legítimos
EAU	– Emirados Árabes Unidos
ECO	– Organização de Cooperação Econômica
EU-3	– Alemanha, França e Reino Unido
EUA	– Estados Unidos da América
FMI	– Fundo Monetário Internacional
G5+1	– China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia + Alemanha
OCI	– Organização da Conferência Islâmica
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
OPEP	– Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PRI	– Partido Republicano Islâmico
SOCAL	– Standard Oil of California
TNP	– Tratado de Não Proliferação
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE HISTÓRICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O Reino da Arábia Saudita.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>A República Islâmica do Irã.....</b>	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>SISTEMA POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>O sistema político da Arábia Saudita.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>O sistema político do Irã.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3</b>	<b>Participação política e sociedade civil na Arábia Saudita.....</b>	<b>31</b>
<b>3.4</b>	<b>Participação política e sociedade civil no Irã.....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOLFO PÉRSICO.....</b>	<b>38</b>
<b>4.1</b>	<b>A inserção internacional da Arábia Saudita.....</b>	<b>39</b>
4.1.1	A política externa saudita.....	39
4.1.2	A Arábia Saudita e os grandes atores do sistema internacional.....	44
4.1.3	A inserção regional saudita.....	46
<b>4.2</b>	<b>A inserção internacional do Irã.....</b>	<b>48</b>
4.2.1	A política externa iraniana.....	49
4.2.2	O Irã e os grandes atores do sistema internacional.....	53
4.2.3	A inserção regional iraniana.....	57
4.2.4	O programa nuclear iraniano.....	60
<b>4.3</b>	<b>As relações entre Arábia Saudita e Irã.....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>
	<b>ANEXO A – MAPA DO GOLFO PÉRSICO.....</b>	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Oriente Médio, desde a criação de seus Estados nacionais e da descoberta de petróleo, merece especial atenção de estudantes de relações internacionais devido às implicações de eventos presenciados na região para o sistema internacional. A presente monografia versará sobre dois importantes países da região, Arábia Saudita e Irã, em especial sua política externa e sua inserção regional e internacional. A região do Golfo Pérsico detém as maiores reservas de petróleo do mundo, sendo extremamente importante analisar a atuação dos países da região. Os dois casos escolhidos são os dois maiores produtores de petróleo do Oriente Médio e, conseqüentemente do mundo (HALLIDAY, 2005b). Além disso, sua atuação internacional também é de grande importância para um maior entendimento da realidade regional e de seus efeitos sobre o sistema internacional.

A região do Oriente Médio presenciou diversos eventos significativos para o sistema internacional. Contudo, a análise desses eventos e da realidade da região revela uma variedade considerável de opiniões e interpretações, vislumbrando-se a repetição de preconceitos e visões pouco ou mal informadas. Esse fenômeno se deve a diversos fatores, dentre os quais se destacam os interesses externos, que desempenham um papel muito importante na manipulação das informações sobre a região de forma a manter condições desfavoráveis à autodeterminação dos habitantes do Oriente Médio. Esse fenômeno pode ser facilmente percebido ao analisarem-se os casos do Reino da Arábia Saudita e da República Islâmica do Irã.

Arábia Saudita e Irã possuem inúmeras semelhanças, mas são suas diferenças que são expostas quando se analisam suas políticas externas. Ambos são regimes declaradamente islâmicos, produtores de petróleo, membros da OPEP, pertencentes à mesma sub-região do Oriente Médio, entre outros. A principal diferença que leva os dois países a serem enquadrados internacionalmente de formas distintas é sua posição com relação à principal potência internacional, os Estados Unidos. Contudo, essa análise é precipitada e se abstém de considerar aspectos práticos da organização política e social dos dois países que apontam em uma direção bastante distinta da imagem difundida pelos principais meios de comunicação.

A Arábia Saudita possui uma histórica aliança com os Estados Unidos, que foi muito importante para a construção do Estado saudita e para a manutenção de suas estruturas de poder. Essa aliança pautou muito de sua inserção regional, principalmente no que se refere à sua relação com os demais países árabes e à sua participação na Segunda Guerra do Golfo, na Operação Tempestade do Deserto. O regime político saudita está longe de ser aquele

defendido pelos EUA como ideal. A monarquia saudita possui eleições populares apenas para metade dos assentos dos conselhos locais, que não gozam de grande poder de mudança na política do país (BRADLEY, 2005, LONG; MAISEL, 2010).

Enquanto isso, o Irã passou por uma drástica mudança em todos os aspectos de sua organização estatal em 1979, após a sua Revolução Islâmica. A política externa foi, sem dúvidas, um dos aspectos mais alterados por esse evento, passando de um alinhamento aos Estados Unidos a uma situação de independência e antagonismo às intervenções externas na região. Contudo, o regime político iraniano apresentou alguns avanços no sentido de maior democratização do processo de tomada de decisão. Embora um complexo sistema político tenha sido criado, com postos eleitos indiretamente com grandes poderes, a presidência, segundo maior cargo executivo, é eleito por sufrágio popular, controlando muitas das pautas do governo (ARJOMAND, 2009, IHS JANE'S, 2009a).

Um estudo aprofundado dos dois países, especificamente de sua inserção internacional e dos elementos que a influenciam, pode nos permitir um maior entendimento das dinâmicas que afetam a região. Arábia Saudita e Irã desempenham sem dúvidas um importante papel para a situação da região, seja para sua estabilização ou para sua desestabilização, possuindo relações intensas com os demais países do Oriente Médio, sejam elas marcadas por atritos ou cooperação. Para que parte dos mitos a respeito da região, e especificamente sobre os dois países em questão, possa ser estudada de forma embasada, o presente trabalho se propõe a analisar os dois países em termos de sua realidade interna e de sua inserção externa. Dessa forma, pretende-se não só desmistificar a situação dos dois regimes, como também estudar os processos que levaram os dois países a receber tratamentos internacionais tão distintos.

O trabalho se valerá de análises de outros pesquisadores e de documentos legais dos países em questão para realizar o estudo proposto. O primeiro conjunto de fontes se tratará de uma revisão bibliográfica de pesquisadores reconhecidos do tema e de centros de pesquisa dedicados a estudar o Oriente Médio ou temas relacionados. Tendo em vista a inexistência de uma constituição formal saudita, que é substituída pela utilização dos documentos religiosos Corão e Suna, os principais documentos legais a serem analisados devem ser a Lei Básica de Governança saudita e a Constituição Iraniana. O trabalho se desenvolverá a partir da utilização das fontes acima citadas de forma a estudar os diferentes aspectos que influenciam na adoção de determinadas posturas em termos de política externa.

A presente monografia se dividirá em três capítulos. O primeiro trará um breve histórico dos dois países, apresentando os principais eventos no processo de criação e consolidação dos dois Estados e nas suas histórias recentes. O segundo capítulo abordará os sistemas políticos

saudita e iraniano, analisando seus principais corpos jurídicos, e os meios de participação e contestação disponíveis à população dos países. O terceiro capítulo discorrerá sobre a inserção internacional e regional de Riad e Teerã, tratando das principais dinâmicas em que os países estão envolvidos, abordando suas relações com as grandes potências e com seus vizinhos e a interação entre os dois. A conclusão proporá elementos de comparação entre os dois casos analisados, trabalhando os principais aspectos que geraram imagens internacionais distintas para os dois países e as incongruências dessas imagens.

## 2 ANÁLISE HISTÓRICA

Para uma maior compreensão da atual organização política e da formulação da política externa de Arábia Saudita e Irã, um breve estudo da história dos dois países se faz necessária. Um estudo dos marcos fundadores dos atuais regimes políticos, das principais variações de governo desde a criação do atual sistema e dos eventos que causaram mudança ou intensificação de processos já presentes permite um entendimento mais completo da atual situação de ambos os países. Assim, o presente capítulo dedicar-se-á a estudar a história de Arábia Saudita e Irã, apontando elementos cujo entendimento será necessário para uma maior compreensão dos próximos capítulos.

O Reino da Arábia Saudita teve seu nome oficialmente adotado no ano de 1932 a partir da estratégia de expansão do emirado de Najd por Abdul Aziz bin Saud. A monarquia se estruturou, se fortaleceu e criou formas de inserção internacional desde então, apresentando uma estabilidade e a manutenção de estruturas políticas e de posturas em política externa. Enquanto isso, o Irã, que também havia passado por mudanças no sentido de fortalecimento de um regime monárquico em 1921, quando da criação da dinastia Pahlavi, última dinastia iraniana, sofreu uma forte alteração em suas políticas interna e externa em 1979, quando de sua Revolução Islâmica. Diversos posicionamentos em termos de política externa foram alterados e uma nova estrutura para o processo de tomada de decisão foi criada, representando uma forte descentralização desse processo se comparada ao seu período monárquico.

### 2.1 O Reino da Arábia Saudita

O Reino da Arábia Saudita teve como sua origem a aliança estabelecida no século XVIII entre Muhammad bin Saud, criador da Casa dos Saud, e Muhammad Abd bin al-Wahhab, fundador do movimento wahabita<sup>1</sup>, isto é, da aliança do poder temporal e espiritual, respectivamente. O acordo entre os dois permitiu a expansão do emirado de Saud para uma expressiva parcela da Península Arábica, a partir de seu centro, Najd, conquistando os chefes tribais através de seu exército e de sua ideologia islâmica. O Estado da família Saud conquistou as cidades sagradas do mundo islâmico, Meca e Medina, e chegou ao extremo sul

---

<sup>1</sup> O wahabismo é uma escola de pensamento dentro do sunismo islâmico que tem como base a lei de Hanbali e é a mais conservadora das quatro escolas sunitas reconhecidas em termos de lei pessoal e familiar (LONG; MAISEL, 2010). Essa escola clamava pela purificação do islamismo e defendia a “prática de punições legais islâmicas, que incluíam o apedrejamento de mulheres adúlteras, decapitações e amputações públicas” (HALLIDAY, 2002, p. 48, tradução nossa do original em inglês).

da península. Contudo, essa expansão não foi bem recebida por outros Estados, especialmente pelo Império Turco-Otomano e pela Inglaterra, que logo atacaram os Saud. Assim, o Estado dos Saud foi sendo reduzido até retornar ao Najd e posteriormente ser derrotado por forças egípcias de Muhammad Ali em 1818, sendo subjugados a esses (LACEY, 2009).

Em 1843, um novo Estado dos Saud foi criado, acabando com o domínio egípcio sobre o Najd. Faisal, bisneto de Muhammad bin Saud, expandiu seu reino pela península, sem, contudo, atingir a extensão do Estado de seus antepassados. Disputas entre os irmãos sucessores, Abdullah e Saud, tios do rei patriarca do atual Reino da Arábia Saudita, Abd al-Aziz, levaram ao enfraquecimento do novo Estado. Em 1889, o pai de Abd al-Aziz, Abd al-Rahman, assumiu o poder, mas teve seu Estado reduzido pelo Império Turco-Otomano e foi destituído por Muhammad bin Rashid, tendo de fugir para o Kuwait em 1891 (LONG; MAISEL, 2010).

Abd al-Aziz empreendeu uma grande estratégia para reconstruir o Estado saudita, contando como apoio de seu pai, que abdicou do trono em seu favor, mantendo apenas o título religioso. Em 1902, Abd al-Aziz retomou Riad e, a partir daí, criou gradualmente alianças com os chefes das tribos do Najd, "se valendo de seu carisma pessoal, casamentos políticos [...] e do crescente descontentamento com o novo brutal emir Rashidi"<sup>2</sup> (LONG; MAISEL, 2010, p. 34, tradução nossa). O novo emirado do Najd se expandiu, utilizando os preceitos wahabitas para garantir a adesão dos demais líderes tribais, além de criar um grupo de guerreiros defensores dessa ideologia islâmica, os Ikhwan (LACEY, 2009). O emirado foi declarado um sultanato em 1912, e, devido ao interesse britânico em enfraquecer o Império Turco-Otomano, desenvolveu-se uma relação de cooperação entre o Sultanato do Najd e a Inglaterra (LONG; MAISEL, 2010). Contudo, também com o intuito de enfraquecer os otomanos, os britânicos se aliaram aos hashemitas, que governavam a região do Hijaz, onde se localizam as cidades de Meca e Medina, que estavam sob o controle do Império Turco-Otomano. Em 1918, Abd al-Aziz decidiu ir contra seus aliados britânicos e entrar em conflito com Sharif Hussein, líder hashemita, Guardião das Duas Cidades Sagradas, pelo controle do Hijaz (HALLIDAY, 2002).

Em 1921, os sauditas derrotaram os Rashidi, garantindo seu controle sobre o Najd e, em 1926, os hashemitas, dominando o Hijaz. Após negociações com a Inglaterra, Abd al-Aziz obteve o reconhecimento britânico para o Estado saudita através do Tratado de Jiddah, renomeando o Estado como Reino do Hijaz e do Najd e Suas Dependências (LONG;

---

<sup>2</sup> Do original em inglês.

MAISEL, 2010). Em 1930, foi conquistado o território mais ao sul da atual Arábia Saudita, o Asir, permanecendo disputas territoriais com o Iêmen. Tensões fronteiriças com as pequenas monarquias do Golfo persistiram até os anos 1980, mas o Reino da Arábia Saudita, que passou a se chamar assim em 1932, já detinha a maior parte do seu atual território (HALLIDAY, 2002). A expansão territorial e as vitórias militares foram possíveis devido ao grupo de guerreiros Ikhwan, criado por Abd al-Aziz. Contudo, após o fim do expansionismo saudita, seu militarismo se tornou um desafio para o monarca, que teve de conter uma parte do grupo que se rebelou. A batalha de Sibilla, como ficou conhecida, ocorreu em 1929 e resultou na eliminação dos rebeldes pelas tropas leais ao rei (LACEY, 2009).

Após seu sucesso militar, o rei Abd al-Aziz enfrentou uma grave situação econômica, além de uma incipiente organização política. A Arábia Saudita era, quando da criação de seu Estado, um dos países mais pobres do mundo, tendo ainda de lidar com a complexa função de protetora das cidades sagradas, o que envolvia um intenso trabalho para garantir o direito dos muçulmanos de realizarem sua peregrinação. A descoberta de petróleo em quantidades exploráveis só ocorreu em 1938, mas o advento da Segunda Guerra Mundial impediu a exploração desse recurso até o fim do conflito. A sobrevivência econômica da monarquia só foi possível devido ao auxílio concedido pelo governo dos Estados Unidos, o que deu início a uma importante parceria estratégica da monarquia saudita que perdura até os dias de hoje (HALLIDAY, 2002, LONG; MAISEL, 2010).

A exploração do petróleo saudita envolveu um complexo esquema de empresas petrolíferas estadunidenses. A descoberta de petróleo no Bahrein em 1932 pela SOCAL (Standard Oil of California, atualmente Chevron) levou a empresa a procurá-lo também na Arábia Saudita. Assim, obteve em 1933 uma concessão do governo saudita, que resistia à entrada de estrangeiros, mas concordou devido à sua escassez de dinheiro e a uma maior receptividade saudita com relação aos estadunidenses, que não eram vistos como imperialistas como os europeus o eram. Apesar da descrença do rei de que o recurso seria ali encontrado e da necessidade de um período de dois anos para o feito, em 1938 a SOCAL encontrou petróleo na Província Oriental da Arábia Saudita. A administração da exploração do petróleo na Arábia Saudita era feita por uma subsidiária da SOCAL, a Arabian Standard Oil Company (CASOC). Após a descoberta do petróleo saudita, a SOCAL se viu incapacitada de aproveitar todos os recursos potenciais de Bahrain e Arábia Saudita sem criar problemas para os preços internacionais do recurso, optando por vender parte da CASOC para a Texaco para atingir mais mercados consumidores (LONG; MAISEL, 2010).

Quando a Arábia Saudita entrou em crise econômica durante a Segunda Guerra Mundial, as empresas petrolíferas estadunidenses (Texaco e SOCAL) se viram em uma situação de risco de perder sua concessão no país. Assim, intervieram junto ao governo dos Estados Unidos para que se auxiliasse a Arábia Saudita a manter sua estabilidade econômica. A estratégia adotada pelos EUA foi fazer tal transferência de recursos através da Inglaterra. Contudo, as empresas petrolíferas estadunidenses acabaram por temer que tal estratégia levasse a um aumento da influência britânica sobre o país, e em 1943 os Estados Unidos passaram a conceder empréstimos diretamente para a Arábia Saudita, quando reconheceram a importância do país para a manutenção de seus interesses (HALLIDAY, 2002). Em 1944, a CASOC foi transformada em ARAMCO (Arabian American Oil Company), e em 1948 mais duas empresas petrolíferas se juntaram ao grupo, adquirindo parcelas da ARAMCO: a Jersey Standard (atual Exxon) e a Standard of Nova Iorque (atual Mobil). Enquanto isso, o rei ainda concedeu uma concessão de exploração de petróleo à também estadunidense Pacific Western Oil Corporation na Zona Neutra entre Arábia Saudita e Kuwait<sup>3</sup> (LONG; MAISEL, 2010).

A organização política da monarquia saudita era extremamente rudimentar quando da ocupação do Hijaz, sendo notável o avanço das estruturas burocráticas dessa região, que acabou por concentrar por um período a administração de todo o reino, sem que isso impedisse o processo decisório de ocorrer na capital, Riad. Os primeiros ministérios a serem criados foram o de Negócios Exteriores (1930) e de Finanças (1932). Com a criação de mais ministérios, o rei Abd al-Aziz criou o Conselho dos Ministérios em 1953, que inicialmente agia pouco como um corpo unificado. No mesmo ano, o monarca faleceu, deixando um grande Estado, detentor de grandes reservas de petróleo, das quais boa parte do mundo já dependia, e uma consideravelmente complexa estrutura governamental (LONG; MAISEL, 2010).

Abd al-Aziz foi sucedido por seu filho vivo mais velho, Saud, que teve dificuldades para lidar com todos os desafios da administração do país, sendo amparado por seu meio-irmão Faisal, que assumiu por determinados períodos o cargo de primeiro-ministro. Além dos desafios administrativos internos, a Arábia Saudita teve de lidar com a ascensão do nasserismo, que representava um desafio às monarquias do Golfo, especialmente com a ascensão de regimes republicanos no Oriente Médio. Um claro exemplo do conflito entre monarquistas sauditas e nasseristas foi a Guerra Civil Iemenita (1962-1970), em que Arábia

---

<sup>3</sup> A região foi criada pelos britânicos e era administrada conjuntamente por sauditas e kuaitianos, havendo uma divisão da renda obtida do petróleo ali extraído. A Zona foi dissolvida a partir de um acordo negociado na década de 1960 e finalizado em 1970 (US, 1970).

Saudita e Egito se colocaram em lados opostos. Contudo, a reação inicial de Saud à expansão do nasserismo foi a busca por uma maior independência na sua política externa, adotando políticas anti-imperialistas, o que acabou por gerar tensões com os Estados Unidos. Tais políticas foram logo abandonadas, e as relações com os EUA, normalizadas (HALLIDAY, 2002). A falta de aptidão de Saud para governar conforme o esperado pela família Saud e pela liderança religiosa e sua fraca saúde levaram os líderes religiosos a forçá-lo a abdicar em favor de seu irmão Faisal em 1964 (IHS JANE'S, 2009b). Contudo, essa decisão foi decorrente de uma intensa disputa entre os dois irmãos que formaram alianças dentro da família Saud para garantir seu pleito sobre o trono (HERB, 1999).

Faisal fora governador do Hijaz e ministro de Negócios Exteriores durante o governo de seu pai e primeiro-ministro durante o governo de seu meio-irmão, assumindo as rédeas da administração do país em momentos de crise. Faisal foi responsável por modernizar a estrutura governamental saudita, adaptando o sistema à economia petrolífera. Além disso, Faisal iniciou uma ampliação da política externa saudita, fazendo visitas a diversos países e fortalecendo suas relações com os demais países árabes. Segundo Long e Maisel (2010, p. 41, tradução nossa), “se o rei Abd al-Aziz foi o criador do Estado saudita moderno, o rei Faisal foi o arquiteto do reino petrolífero moderno”<sup>4</sup>. O assassinato de Faisal por um sobrinho levou seu meio-irmão, Khalid, ao trono em 1975. Esse manteve o padrão de governo de seu meio-irmão antecessor. Embora tenha delegado boa parte de suas atividades a seu meio-irmão, Fahd, ele ainda detinha o controle do país. Em 1979, as agitações religiosas que se espalharam do Irã para o resto do Oriente Médio atingiram a Arábia Saudita, que presenciou revoltas sunitas em Meca e xiitas na Província Oriental (IHS JANE'S, 2009b). A saúde frágil de Khalid resultou em seu falecimento em 1982 e na sua sucessão por Fahd.

O rei Fahd foi responsável pela intensificação da institucionalização da monarquia saudita, uma vez que criou a Lei Saudita Básica de Governança em 1992, principal documento legal de organização da monarquia, buscando modernizar o país sem afetar as estruturas de poder nem ameaçar a estabilidade política. A partir desse documento, criou-se o *Majlis* saudita, que, embora tenha um nome e uma composição semelhante à de um parlamento, não possui as funções legislativas esperadas de um, mas apenas a função de um órgão consultivo do monarca. De forma geral, as políticas de Fahd seguiram a linha de Faisal, adquirindo um caráter mais islâmico, nomeando-se “Guardião dos Dois Lugares Sagrados”<sup>5</sup> em 1986 (LONG; MAISEL, 2010, p. 3, tradução nossa).

---

<sup>4</sup> Do original em inglês.

<sup>5</sup> Do original em inglês.

A política externa desenvolvida por Khalid e Fahd aprofundou as linhas de Faisal, com um aumento da importância da Arábia Saudita na dinâmica das relações interárabes. A Arábia Saudita participou das negociações para buscar soluções para o conflito palestino-israelense, além de intensificar sua liderança na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), criada em 1960. A monarquia saudita contribuiu com combatentes para as forças islâmicas do Afeganistão que se opunham às forças comunistas, apoiadas pela União Soviética. Em 1990, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, deu-se início à Guerra do Golfo. A Arábia Saudita, apesar de inicial resistência, foi vital para a resistência do regime kuaitiano e para o desenvolvimento da Operação Tempestade no Deserto, que resultou na derrota iraquiana, contribuindo não só com bases militares, mas também com recursos e combatentes (IHS JANE'S, 2009b).

Segundo Long e Maisel (2010), um importante resultado da participação de combatentes sauditas tanto na Guerra Civil Afegã quanto na Guerra do Golfo foi a militarização de um grande grupo de jovens sauditas que se sentiram marginalizados após retornarem das guerras, principalmente devido à falta de emprego. Esses jovens foram em grande parte cooptados pelos grupos terroristas. Um importante saudita responsável pela expansão de correntes terroristas foi Osama Bin Laden<sup>6</sup>, um líder de tropas *mujahidins*<sup>7</sup> que criou a organização al-Qaeda<sup>8</sup>. Bin Laden desempenhou um importante papel na guerrilha islâmica afegã que combateu os soviéticos. Contudo, sua oferta de ajuda contra o Iraque em prol do Kuwait foi rejeitada pelo governo saudita, que adotou a estratégia estadunidense, o que desagradou profundamente Bin Laden. Esse tornou a Arábia Saudita e os Estados Unidos seus principais inimigos a partir de então, tendo sua cidadania revogada em 1994, quando também foi para o exílio, expandindo sua organização, que se tornou uma das principais organizações terroristas no mundo.

Em 1996, devido a ataques cardíacos, o rei Fahd se tornou incapacitado de governar, sendo substituído por seu meio-irmão Abdullah, que só se tornou rei efetivamente após o falecimento de Fahd em 2005. Abdullah enfrenta dois grandes desafios em seu governo. O primeiro diz respeito ao terrorismo, que se fortaleceu no Oriente Médio e no mundo, se tornando um importante objeto da agenda internacional após os ataques do dia 11 de setembro

---

<sup>6</sup> Osama Bin Laden (10/3/1957 – 2/5/2011) nasceu em uma família rica e prestigiada em Jiddah. Ele ganhou bastante prestígio durante a Guerra Civil Afegã, quando comandou um grupo de *mujahidins*. Ele foi responsabilizado pelo atentado de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas de Nova Iorque e, desde então, era perseguido pelo governo estadunidense. Em 2011 o governo estadunidense anunciou tê-lo encontrado no Paquistão e executado.

<sup>7</sup> *Mujahidins* são aqueles combatentes que seguem o caminho de Allah, empreendendo a Jihad.

<sup>8</sup> A al-Qaeda é um grupo terrorista com diversas áreas de atuação e sem um líder geral, possuindo células na Arábia Saudita (IHS JANE'S, 2009b).

de 2011 às Torres Gêmeas em Nova Iorque, Estados Unidos. A Arábia Saudita também enfrentou ataques, não só da al-Qaeda, mas também de outras organizações contrárias à aliança saudita-estadunidense e às políticas sauditas. Assim, Abdullah aderiu à Guerra ao Terror estadunidense e desenvolveu uma estratégia contraterrorista própria (LONG; MAISEL, 2010).

O segundo desafio ao governo de Abdullah é a modernização de seu regime político, principalmente frente ao descontentamento de parte da população devido à sua marginalização e às suas aspirações por maior participação no processo político. Essas aspirações foram respondidas em parte por um aumento do número de integrantes da *Majlis*; contudo, o poder desse órgão permaneceu o mesmo. Outra mudança promovida por Abdullah foi a criação do Conselho de Lealdade em 2006 para determinar a linha sucessória ao trono saudita (IHS JANE'S, 2009b). Esse órgão é extremamente importante devido às crises que podem vir a surgir quando a sucessão ao trono tiver de ser decidida entre a nova geração de descendentes do rei Abd al-Aziz, seus netos.

## 2.2 A República Islâmica do Irã

O Irã teve suas origens na antiga civilização persa, um Estado tributário<sup>9</sup> localizado no Golfo Pérsico. Sua história anterior ao século XX inclui a expansão do islamismo sobre a região e uma sucessão de dinastias que resultou na dominação dos Qajar sobre o país. Durante o final do século XIX, a expansão europeia sobre o continente asiático e o “Grande Jogo”<sup>10</sup> russo-britânico levaram a uma dominação do povo persa por russos e britânicos, que dividiram o país em zonas de influência, sendo mantida oficialmente a monarquia dos Qajar. A entrada do Irã no século XX assistiu à primeira das duas grandes revoluções pelas quais o país passou, a Revolução Constitucional, que resultou na criação de um parlamento (*Majlis*) em 1906, tornando a monarquia iraniana constitucional (DABASHI, 2007).

A dinastia Qajar, contudo, não conseguiu manter seu controle sobre o país e foi deposta em 1921 por um golpe militar empreendido por Reza Khan Pahlavi, apoiado pelos britânicos. O governo militar foi substituído por uma monarquia em 1926, quando Reza nomeou-se xá (título do monarca no Irã), instaurando a dinastia Pahlavi como monarcas iranianos. Essa

<sup>9</sup> ‘Impérios tributários’ é um termo utilizado para se referir a um padrão de organização política internacional hierarquizada que se desenvolveu em sistemas regionais de Estados. Nesse padrão, um Estado domina seus vizinhos, cobrando tributos desses e ocupando, assim, um vasto território. O Império Persa é comumente classificado assim (BANG; BAYLY, 2011).

<sup>10</sup> O “Grande Jogo” é como ficou conhecida a disputa imperialista entre Rússia e Inglaterra pelo controle da Ásia Central durante o século XIX e início do século XX.

mudança de dinastias foi apoiada pelos britânicos, que tinham interesse em garantir o fornecimento de petróleo iraniano<sup>11</sup>. Dessa forma, instaurou-se no Irã um governo alinhado aos interesses e às posições do Ocidente, principalmente da então principal potência mundial, Grã-Bretanha. Reza Xá Pahlavi, contudo, procurou resistir às tentativas britânicas de criar um relação de controle mais forte, buscando intensificar sua legitimidade interna e diversificar suas relações exteriores, o que aproximou o Irã da Alemanha nazista. Essa estratégia, contudo, resultou na ocupação do país pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, que depuseram Reza Xá e forçaram sua sucessão por seu filho Mohammad Reza Pahlavi em 1941 (IHS JANE'S, 2009a).

A partir desse período, a monarquia iraniana se manteve extremamente dependente e alinhada ao Ocidente: o apoio estadunidense e britânico, compensado pelos acordos de fornecimento de petróleo, se tornou indispensável para a manutenção da monarquia (DABASHI, 2007). A dependência do monarca de apoio externo e seu consequente alinhamento ao Ocidente não impediram o Irã de desenvolver um pensamento crítico a essas posições e uma oposição interna ao regime e às posições do xá. A principal organização política de oposição, que se tornou alvo de especial atenção do governo, foi o Partido Tudeh<sup>12</sup>. O partido reunia diversos integrantes da esquerda iraniana, um segmento fortemente combatido pelos monarcas iranianos desde o início do século. Assim, o partido foi alvo de repressão governamental, tendo vários de seus membros perseguidos, assassinados, torturados ou expulsos do país (ABRAHAMIAM, 1982).

Além dos grupos de esquerda, dois outros grupos se destacaram na oposição ao xá: os nacionalistas e os islamitas. O principal representante da oposição nacionalista foi Mossadeq<sup>13</sup>, primeiro-ministro iraniano entre 1951 e 1953. Mossadeq conseguiu aprovar uma lei que nacionalizava o petróleo iraniano, surpreendo o xá e desagradando potências e empresas ocidentais. Mossadeq avançou contra os poderes da monarquia iraniana, passando leis que reduziam o poder do xá, que acabou por fugir do país. Os aliados externos do xá, insatisfeitos com a situação, resolveram atuar contra Mossadeq: em 1953, uma operação da CIA que ficou

---

<sup>11</sup> Desde 1912, a Inglaterra optara pela substituição do carvão pelo petróleo na matriz energética de sua frota, simbolizando o início da dependência mundial com relação a esse recurso, e consequentemente ao Oriente Médio (LONG; MAISEL, 2010). A exploração do petróleo iraniano era desenvolvida pela Companhia de Petróleo Anglo-Persa (atual BP).

<sup>12</sup> O Tudeh, cujo significado é partido das massas, era um partido marxista criado em 1941. Ele enfrentava dura repressão do governo, tendo sido fechado em alguns períodos e sofrido divisões internas (ABRAHAMIAM, 1982).

<sup>13</sup> Enquanto deputado na *Majlis* iraniana, Mohammed Mossadeq foi um ativo defensor da nacionalização do petróleo iraniano. Em 1951, quando de sua primeira eleição para o cargo, ele se propôs a acabar com os direitos abusivos da Companhia de Petróleo Anglo-Iraniana sobre o petróleo iraniano, o que considerava uma indesejável relação colonial (ABRAHAMIAM, 1982).

conhecida como Operação Ajax resultou na derrubada do primeiro-ministro, restaurando ao xá o controle absoluto do país (DABASHI, 2007). Esse iniciou um período de extrema dependência do Ocidente, especialmente dos Estados Unidos.

A situação política interna do xá se tornou extremamente delicada, enfrentando oposição de diversos grupos e segmentos da sociedade iraniana. Três partidos políticos representavam essa oposição nos meios convencionais de organização política: o Tudeh, a Frente Nacional e o Movimento de Libertação. Além disso, o governo era atacado por uma forte oposição clerical, capitaneada pelo aiatolá Khomeini. Esse foi um duro crítico da Revolução Branca do xá, que buscava revitalizar o regime de forma a lhe conferir maior legitimidade, sendo exilado por conta de sua ativa oposição. Além da oposição de partido políticos e da organização religiosa, o regime do xá enfrentava um complexo movimento de guerrilhas<sup>14</sup> (ABRAHAMIAN, 1982).

A onda de protestos que resultou na Revolução Islâmica Iraniana de 1979 teve início em 1977, quando eclodiram protestos da classe média, resultado de uma piora da situação econômica do país, com o crescimento da inflação. A solução encontrada pelo governo fora, inicialmente, o repasse desses custos à classe empresarial, mas, como essa estratégia não surtiu os resultados esperados, optou-se por transferir tais custos aos pequenos empresários (classe *bazaar*) (ABRAHAMIAN, 1982). A pressão externa dos Estados Unidos devido à política de Jimmy Carter de defesa aos direitos humanos levou o regime do xá a mudar algumas de suas políticas, ao mesmo tempo em que intensificava a repressão a determinados grupos opositores. No final de 1978, a classe operária aderiu aos protestos contra o xá, dando um novo nível ao movimento. O regime alternou sua reposta entre concessões políticas, como anistia a diversos políticos opositores e trocas de gabinetes, e intensificação da repressão aos manifestantes. Com o fortalecimento do movimento e da imagem de Khomeini, houve uma estratégia por parte do aiatolá de fortalecer a causa islâmica em detrimento dos grupos marxistas. Em 1979, Khomeini pôde retornar ao Irã, enquanto o xá fugia para Paris (IHS JANE'S, 2009a). Assim, o aiatolá clamou pelo estabelecimento de uma república islâmica e criou comitês, intensificando o conflito com o governo, que acabou por vencer.

A Revolução Islâmica representou a ascensão do corpo clerical xiita ao poder, uma instituição que fora criada e fortalecida no início do século XIX e que perdera seu poder na

---

<sup>14</sup> As guerrilhas se dividiam em cinco grupos, dois merecendo destaque por seu tamanho e por sua importância no movimento de oposição ao xá: Fedá'i Marxista e o Mujahidin Islâmico. Como os nomes sugerem, um tinha inspirações marxistas, e o outro, islâmicas, mas ambos se apoiavam em métodos e técnicas de outros movimentos de guerrilha, como as experiências chinesa, vietnamita, cubana, e argelina (ABRAHAMIAN, 1982).

política iraniana através da Revolução Constitucional (ARJOMAND, 2009). Embora o movimento revolucionário de 1979 tenha sido bastante diversificado em sua composição, que incluía intelectuais, classe média, comerciantes, classe operária, militantes de esquerda, e militantes islâmicos, entre outros, Khomeini conseguiu juntar os diferentes grupos de forma a consolidar seu plano de islamização do país, que se concretizou através da Constituição de 24 de outubro de 1979, que instituiu a república islâmica (ABRAHAMIAN, 1982).

O período que sucedeu a Revolução Iraniana presenciou dois importantes acontecimentos que marcaram a inserção internacional do novo regime: o episódio dos reféns da Embaixada dos Estados Unidos em Teerã (1979) e a Guerra Irã-Iraque (1980-88). O episódio dos reféns consistiu na tomada da embaixada estadunidense por um grupo de estudantes iranianos, tornando todos os funcionários da embaixada reféns. A questão gerou uma crise nas relações entre Irã e Estados Unidos, que até a revolução eram positivas. Os estudantes exigiam a volta do xá ao país para ser punido pelos crimes que cometera contra seus cidadãos e a devolução dos recursos roubados pelo xá. Condiçionava-se a libertação dos reféns ao cumprimento dessas exigências. A crise se prolongou por 444 dias, com intensas mobilizações anti-EUA na frente da embaixada por grupos iranianos, em favor da causa dos estudantes, que foram apoiados também por Khomeini (DABASHI, 2007). A tensão acabou com a libertação dos reféns, mas resultou também no rompimento das relações entre Irã e Estados Unidos e no início da intensificação da política estadunidense contra o Irã.

Pouco após a resolução da crise dos reféns, o Iraque, percebendo o Irã como fragilizado, invadiu o país com o intuito de resolver disputas territoriais e enfraquecer o regime xiita que poderia ser uma ameaça à sua estabilidade. O conflito, que resultou de tensões mais antigas que resultaram em contenciosos no período do xá, atingiu enormes proporções. Segundo Fred Halliday (2005b), o conflito foi o primeiro no Oriente Médio a não se envolver na lógica da Guerra Fria, uma vez que ambos os lados possuíam fortes atritos com os Estados Unidos, sendo do interesse desses o enfraquecimento daqueles, dentro de sua estratégia de *dual containment*<sup>15</sup>. A recém-proclamada República Islâmica do Irã também não possuía boas relações com a União Soviética, uma vez que temia o fortalecimento de grupos marxistas que pudessem ameaçar o novo regime. A guerra, que foi o conflito com o maior número de mortes

---

<sup>15</sup> A estratégia de *dual containment*, ou contenção dual, foi empreendida pelos Estados Unidos dentro de sua política externa para o Golfo Pérsico visando a enfraquecer dois regimes opostos às suas pretensões para a região: o Irã e o Iraque (PELLETIERE, 1999). Dentro do contexto da Guerra Irã-Iraque, principal exemplo dessa estratégia, houve um esforço para conceder armas para ambos os lados de forma a manter o conflito e gerar danos para ambas as partes da guerra. A descoberta do apoio militar estadunidense ao Irã ficou conhecido como Irã-Contra, que resultara de um acordo secreto com Rafsanjani através de Israel (ARJOMAND, 2009).

na região no século XX, demonstrou a força do novo regime iraniano, que conseguiu defender suas posições, enfraquecendo o Iraque (DABASHI, 2007).

O cargo de presidente da República Islâmica do Irã foi ocupado por três indivíduos diferentes entre 1979 e 1989: Abolhassan Banisadr (1980-1981), Mohammad-Ali Rajal (1981), e Ali Khamenei (1981-1989). Enquanto o primeiro sofreu um impeachment da *Majlis* iraniana, o segundo foi assassinado num bombardeio. Ali Khamenei manteve-se assim na função de presidente durante quase todo o conflito com o Iraque, sendo reeleito em 1985, com forte alinhamento de posições com o Líder Supremo do país, Ruhollah Khomeini. Esse, após criar a República Islâmica do Irã, procurou garantir sua estabilidade e a preservação do regime através de sua regulamentação. Em 1989, Khomeini faleceu após ter garantido a transmissão do cargo a seu escolhido, Ali Khamenei (DABASHI, 2007). Essa decisão foi tomada pela Assembleia dos Peritos após discussões que sugeriam a possibilidade da tripartição do posto, incluindo outro importante indivíduo da nova geração de condutores da política iraniana, Hashemi Rafsanjani. Após a ascensão de Khamenei ao posto de líder supremo, Rafsanjani foi eleito presidente do Irã, cargo que ocupou até 1997, sendo reeleito em 1993 (ARJOMAND, 2009).

A presidência de Rafsanjani foi marcada pela reestruturação do país após o longo conflito com o Irã. Rafsanjani buscou promover a reorganização da burocracia estatal, centralizando diversos processos burocráticos e políticos, a liberalização econômica, a privatização de empresas, e a entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), que não foi aceita. Sua preocupação com a recuperação econômica resultou em um aumento da desigualdade social, com a manutenção e o agravamento da situação de grupos desfavorecidos. Além disso, práticas de nepotismo e corrupção se mantiveram, que viriam a ser temas de disputas políticas nos próximos governos (ARJOMAND, 2009, TAZMINI, 2009). As reformas constitucionais promovidas durante o ano de 1989 resultaram na abolição do cargo de primeiro-ministro, o que deu ao presidente maiores poderes, ainda que permanecesse subordinado ao líder supremo. Rafsanjani enfrentou a oposição da *Majlis* em diversas de suas decisões políticas, mas o maior empecilho à autonomia de sua atuação foi a oposição do líder supremo (ARJOMAND, 2009).

Em 1997, Muhammad Khatami foi eleito presidente do Irã, representando a ascensão do grupo reformista ao poder. Ele se propôs a aumentar o diálogo do governo com a sociedade, reduzindo o controle extremamente forte do clero sobre a política e a sociedade iranianas, tentando se valer da centralização promovida por Rafsanjani para aumentar o poder decisório dos cargos eleitos pelo voto popular. Seu objetivo, ao contrário do que alguns críticos

afirmam, era fortalecer o regime islâmico do país através do fortalecimento dos aspectos democráticos do sistema (TAZMINI, 2009). Contudo, essa centralização foi sendo gradualmente revertida, e Khatami enfrentou forte resistência do líder supremo e da *Majlis* em diversas de suas propostas de mudança. Khatami possuía forte apoio popular e da mídia, mas isso não o impediu de ser derrotado em muitos de seus embates políticos em torno de seus objetivos (ARJOMAND, 2009). Muitos dos veículos de comunicação que apoiavam suas políticas foram censurados de diferentes formas por seu caráter reformista.

O principal episódio de disputa entre o reformismo de Khatami e a resistência conservadora ocorreu em 2002. Khatami tentou aprovar as “leis gêmeas”: a primeira visava à redução do poder de supervisão aprobatória do Conselho de Guardiões; a segunda tinha como objetivo permitir ao presidente controlar e até punir violações perpetuadas por integrantes de todos os poderes. Ambas as propostas foram rejeitadas (TAZMINI, 2009). No âmbito externo, Khatami desenvolveu o discurso do “Diálogo entre Civilizações”, se contrapondo ao “Choque de Civilizações” de Samuel Huntington<sup>16</sup>. Esse discurso foi inicialmente bem recebido internacionalmente, principalmente na ONU. Contudo, as relações com os Estados Unidos, apesar de darem sinais de melhoras<sup>17</sup>, terminaram por se manter conturbadas. Ao final do mandato de Khatami se falava em instaurar sanções ao Irã por conta de seu programa nuclear (TAZMINI, 2009). Durante o governo de Khatami, houve o surgimento de uma nova classe política, composta pelo que foi chamado por Arjomand (2009) como “segundo estrato”, que inclui funcionários públicos e militares. Essa ascensão tornou possível a eleição de Mahmoud Ahmadinejad para a presidência, que intensificou o processo de ascensão desse estrato.

Ahmadinejad substituiu Khatami em 2005, representando o grupo político mais radical, mas assumindo uma postura própria na condução de seu programa de governo. As eleições que levaram Ahmadinejad ao poder foram marcadas pela surpresa, uma vez que o ex-presidente Rafsanjani vencera o primeiro turno, e Ahmadinejad nunca fora o favorito (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Ele assentou suas políticas na crença de sua vitória eleitoral ter sido decidida pelo Imã Oculto<sup>18</sup>, que, portanto, orientava seu programa de governo, que tinha como slogans a distribuição dos recursos oriundo do petróleo e o fim da corrupção. Ele, assim, obteve maior legitimidade para adotar ações que não agradavam ao líder supremo e

<sup>16</sup> A tese de Samuel Huntington de Choque de Civilizações prevê que os confrontos e disputas no mundo a partir do fim da Guerra Fria não mais seriam provocados por questões ideológicas ou econômicas, mas por questões culturais. A tese foi apresentada primeiramente em artigo para a *Foreign Affairs* em 1993 e se tornou um livro em 1996, gerando muita controvérsia (HUNTINGTON, 2010).

<sup>17</sup> Durante a presidência de Khatami, as sanções contra Irã e Líbia de 1996 foram suspensas. Além disso, o Irã deixou de ser classificado como principal Estado financiador do terrorismo internacional (TAZMINI, 2009).

<sup>18</sup> Segundo a crença xiíta, o Imã Oculto é 12º Imã, que retornará no fim dos tempos para restaurar a paz e a justiça no mundo.

desenvolveu uma política que acreditava prenunciar a vinda do Imã, como a intensificação da oposição ao Estado de Israel ou a intensificação do programa nuclear iraniano. A política externa de Ahmadinejad foi recebida externamente de forma muito negativa, resultando em um regime de sanções contra o Irã. Arjomand (2009) percebe a adoção do apoio do Imã Oculto ao governo de Ahmadinejad não apenas como um instrumento político, mas como uma crença literal do presidente que o ajudou a se contrapor ao líder supremo.

No plano interno, o presidente Ahmadinejad adotou um discurso e um programa populista que teve resultados econômicos e políticos inicialmente positivos para a população (ARJOMAND, 2009). Seu discurso se baseava no combate à corrupção e na utilização das rendas do petróleo para melhorar os problemas sociais. Sua gestão foi marcada pela intensificação da presença de militares no governo em detrimento de indivíduos da elite intelectual (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Sua presidência também foi marcada por resistência interna, uma vez que os elementos conservadores da elite também não apoiavam muitas das decisões de Ahmadinejad, algo marcante desde a escolha de seu Conselho de Ministros, que não foi aceita plenamente pela *Majlis*. Sendo em boa parte a nova geração da Revolução, os neoconservadores chegaram ao poder com Ahmadinejad, integrante desse grupo. Essa ascensão não foi bem recebida pelos conservadores tradicionais, que demonstraram divergências com esse novo grupo e utilizaram de seu controle das principais instituições políticas para evitar um maior fortalecimento dos neoconservadores (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007).

Em 2013, um novo presidente foi eleito, Hassan Rouhani, que fora negociador do programa nuclear iraniano e alinhado ao grupo dos moderados, assumindo o cargo no dia 2 de agosto, tendo sido apoiado pelos ex-presidentes, Rafsanjani e Khatami. A eleição de Rouhani foi bem recebida internacionalmente, gerando expectativas de conciliação de Teerã com o Ocidente. A sua posse foi sucedida por intensas negociações entre Irã e negociadores internacionais, que chegaram a um acordo em 24 de novembro de 2013 (DREAZEN, 2013).

### **3 SISTEMA POLÍTICO E PARTICIPAÇÃO**

A organização do sistema político e a participação da população nos processos de tomada de decisão são importantes aspectos para um estudo mais aprofundado da inserção internacional de Arábia Saudita e Irã, tendo em vista as críticas do Ocidente quanto ao processo de representação adotado nesses países. A República Islâmica do Irã, alvo recorrente de condenação dos líderes ocidentais, possui um sistema complexo de escolha de seus representantes, com elementos democráticos. Enquanto isso, o Reino da Arábia Saudita não permite à população, grande parte da qual não é cidadã do país, participar da escolha dos definidores dos rumos políticos do país. Como será visto no próximo capítulo a voracidade das críticas ao sistema político iraniano são mais ligadas ao seu papel contestador no sistema internacional, antagônico aos interesses estadunidenses (ARJOMAND, 2009). A política saudita, por sua vez, pouco é tema da retórica estadunidense e ocidental, tendo em vista sua aliança aos Estados Unidos e seu papel na determinação dos rumos do mercado mundial de petróleo (LONG; MAISEL, 2010). O presente capítulo será dividido em quatro seções: as duas primeiras tratarão das principais instituições políticas dos dois países, e as duas seguintes, da participação popular nos processos políticos saudita e iraniano, respectivamente.

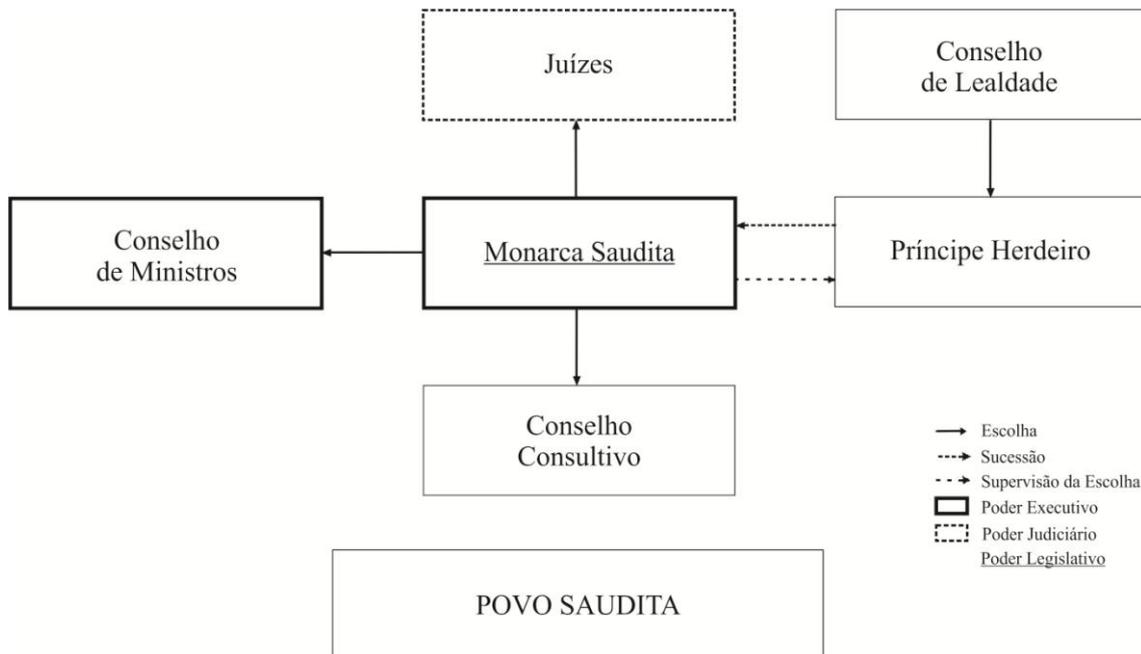
#### **3.1 O sistema político da Arábia Saudita**

O Reino da Arábia Saudita não possui constituição; seu documento legal que assume certas funções de uma constituição é a Lei Básica de Governança. Esse documento foi adotado em 1992, sessenta anos após a instituição do Reino da Arábia Saudita, isto é, de o reino terminar seu processo de expansão territorial. O objetivo da Lei Básica de Governança é oficializar o sistema político do país, não tendo por si só alterado o funcionamento da política saudita. Contudo, após sua adoção, dois novos corpos políticos tomaram forma: o Conselho Consultivo e o Conselho de Lealdade, cada um com lei própria, em 1992 e em 2006, respectivamente.

Nenhum dos principais órgãos políticos sauditas é escolhido pela população, sendo todos definidos pelo rei ou pela família real. Os principais postos e as principais organizações públicas no país são chefiados por integrantes da família Saud. Segundo Brooker (2009), uma das vantagens da monarquia saudita em comparação a outros exemplos monárquicos é a sua sucessão dinástica não baseada na primogenitura. Assim, o sistema de determinação da linha sucessória saudita permite a troca do monarca caso os interesses da família Saud não estejam

sendo atendidos satisfatoriamente. Além disso, alguns filhos de Abd al-Aziz já abdicaram de seu direito ao trono por considerarem seus irmãos mais capazes de governar o país (KECHICHIAN, 2001, BRADLEY, 2005). A forma de escolha dos integrantes dos poderes na monarquia saudita pode ser mais bem visualizada através da Figura 1.

**Figura 1: Sistema Político do Reino da Arábia Saudita**



Fonte: Elaborada a partir de SAUDI ARABIA, 1992, SAUDI ARABIA, 1993, SAUDI ARABIA, 2006.

Como pode ser percebido na Figura 1 e no próprio nome do país, o rei saudita desempenha o papel central na política saudita. O processo decisório está extremamente concentrado no monarca e em indivíduos de sua confiança; é sua a responsabilidade pela seleção dos chefes dos principais órgãos que o auxiliam a promover seu plano de governo. Ele é o chefe de Estado e o chefe de governo e exerce tal cargo de forma vitalícia. Segundo a Lei Básica de Governança (SAUDI ARABIA, 1993), o poder do rei deriva do Alcorão Sagrado e da tradição do profeta Maomé, e seu governo é baseado nos princípios de justiça, consulta e igualdade. O segundo princípio representa o papel dos demais órgãos políticos no processo decisório na Arábia Saudita. A Lei Básica de Governança afirma que o Estado saudita possui três autoridades: executiva, judicial e regulatória, sendo todas referenciadas pelo monarca, que é também o comandante das forças armadas (SAUDI ARABIA, 1993).

Para auxiliar o rei saudita na condução de suas atividades enquanto poder executivo, ele possui um Conselho de Ministros, do qual é o líder. Os membros desse conselho são

escolhidos diretamente pelo monarca, que pode retirar e colocar ministros em seus postos de acordo com seus planos de governo (SAUDI ARABIA, 1993). A maior parte dos ministérios está sob a responsabilidade de irmãos e sobrinhos do atual rei, Abdullah, isto é, filhos e netos do rei Abd al-Aziz, criador do Reino da Arábia Saudita (LONG; MAISEL, 2010). Além do Conselho de Ministros, o monarca saudita conta com o apoio do Conselho Consultivo, que é composto por cento e cinquenta membros, todos escolhidos pelo rei através de decreto real, podendo ser removidos da posição da mesma forma. Esse corpo tem como função auxiliar o rei na execução de suas funções, emitindo opiniões acerca das políticas a serem adotadas, possuindo um caráter simplesmente consultivo (SAUDI ARABIA, 1992).

A escolha do rei saudita deve obedecer à estipulação feita pelo rei fundador, Abd al-Aziz, de que os reis do país deveriam ser seus descendentes, em um primeiro momento seus filhos e após seus netos. Até 2006, o segundo príncipe na linha sucessória era escolhido pelo rei no momento em que esse tomava posse, substituindo o herdeiro quando da morte do rei. Contudo, em 2006 o rei Abdullah criou o Conselho de Lealdade, que é responsável pela escolha do novo príncipe herdeiro, quando da morte do monarca. Os membros do Conselho de Lealdade são todos os filhos do rei Abd al-Aziz, os netos de Abd al-Aziz cujos pais já faleceram, estão incapacitados ou abdicaram da pretensão ao trono, e um filho do rei e do príncipe herdeiro a serem escolhidos pelo rei. Em determinadas circunstâncias, o Conselho de Lealdade pode julgar que o atual rei não está mais apto a governar por motivos de saúde e retirá-lo do cargo em prol do príncipe herdeiro (SAUDI ARABIA, 2006). Essa instituição tem como propósito resolver um potencial conflito futuro quando da ascensão ao trono de netos de Abd al-Aziz.

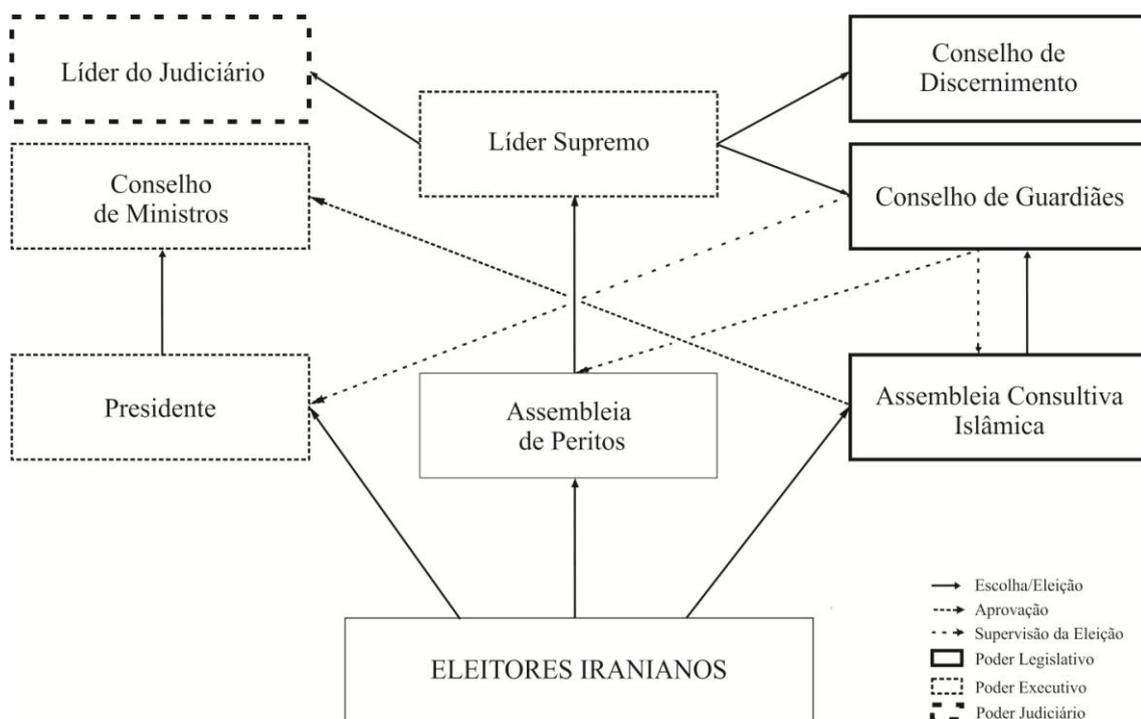
O poder judiciário é, segundo a Lei Básica de Governança, independente, estando suas decisões em cortes e tribunais fora do controle do rei. As decisões do judiciário só deixam de ser sua responsabilidade quando tratam de questões da xaria islâmica. Contudo, a escolha dos juízes é feita através de decreto real, o que representa um empecilho à verdadeira independência do judiciário. Além disso, a responsabilidade pela implementação das decisões judiciárias cabe ao rei (SAUDI ARABIA, 1993).

### **3.2 O sistema político do Irã**

Um estudo compreensivo do sistema político iraniano requer um maior entendimento da estrutura de eleição ou escolha dos principais cargos executivos, legislativos e judiciários e da inter-relação dos órgãos no processo de tomada de decisão. Assumindo como base a lei

islâmica, o Irã possui um sistema político único no mundo: uma república islâmica. Nesse sistema, os órgãos políticos podem ser divididos entre aqueles eleitos diretamente pela população através de eleições e aqueles escolhidos indiretamente, por outros órgãos, com mandatos muitas vezes mais extensos, impedindo muitas vezes uma renovação de seus integrantes para melhor se adequar às exigências do povo. A falta de renovação, a presença predominante de religiosos e os grandes poderes desses órgãos no sistema político são utilizados como fatores para criticar o sistema político iraniano. Brooker (2009) se vale dessas características para classificar o sistema político iraniano como uma semidemocracia. A preponderância da elite religiosa sobre o sistema político é o principal elemento utilizado para justificar tal denominação. A forma de eleição ou escolha dos principais órgãos políticos da República Islâmica do Irã pode ser visualizada na Figura 2.

**Figura 2: Sistema Político da República Islâmica do Irã**



Fonte: Elaborada a partir de IRAN, 1992.

Como pode ser visto na Figura 2, o poder executivo no Irã é dividido pelo líder supremo e pelo presidente, que possui um conselho de ministros que o auxilia na condução de suas atividades. A escolha do presidente se dá através de eleições diretas. Os candidatos à presidência, contudo, devem ter suas candidaturas previamente aprovadas pelo Conselho de Guardiães, que também é encarregado de supervisionar as eleições. O presidente é eleito para mandatos de quatro anos, podendo servir apenas dois mandatos consecutivos. Ele é o segundo

cargo político mais importante do Irã, sendo apenas superado pelo líder supremo. O presidente é o chefe do executivo, responsável pela implementação da Constituição, exceto quando o assunto em questão está sob direta responsabilidade do líder supremo. A assinatura de tratados e de outros documentos acordados com outros Estados está sob a autoridade do presidente, que deve obter permissão prévia da Assembleia Consultiva Islâmica (IRAN, 1992).

O presidente da República Islâmica do Irã é auxiliado em sua gestão pelo conselho de ministros. Apesar de ser da competência do presidente a escolha dos ministros que comporão o conselho, a definição final dos ministros deve ser aprovada pela Assembleia Consultiva Islâmica, que confere ao conselho um voto de confiança. O líder supremo também pode intervir no processo de determinação dos ministros, especialmente no caso de ministros para assuntos que sejam primariamente de sua responsabilidade. Os ministros são escolhidos para todo o mandato presidencial, mas podem ser retirados do cargo por decisão do presidente ou da Assembleia Consultiva Islâmica. O conselho de ministros é comandado pelo presidente, que coordena as atividades de todos de forma a promover seu plano de governo (IRAN, 1992).

O líder supremo é a autoridade máxima da República Islâmica do Irã, assumindo, além de seu cargo político, o papel de líder religioso do xiismo iraniano. Por isso, a escolha do indivíduo que ocupa esse posto deve obedecer a determinados critérios: alto grau de instrução religiosa, piedade e justiça, perspicácia política e social, prudência, competência administrativa, entre outras. A escolha do líder supremo é feita pela Assembleia de Peritos, um órgão composto por noventa e seis membros escolhidos por voto popular, respeitando uma distribuição dos assentos por região do país (IHS JANE'S, 2009a). O cargo de líder supremo é vitalício, embora ele possa ser destituído do cargo, caso a Assembleia de Peritos o julgue inapto a continuar governando. O líder supremo é responsável pela estruturação das linhas gerais das políticas iranianas e pela supervisão de sua implementação, assume o comando das forças armadas, declara guerra e paz, resolve os problemas entre as forças armadas e assume o controle de outras questões que não puderem ser resolvidas pelos métodos convencionais. Ele nomeia os integrantes religiosos do Conselho de Guardiães, os integrantes do Conselho de Discernimento, o líder do Judiciário, o líder da rede de rádio e televisão, o comandante do Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica e os comandantes supremos das forças armadas e pode destituir o presidente (IRAN, 1992).

A Assembleia Consultiva Islâmica é composta por duzentos e setenta deputados, que são eleitos por voto popular, sob a supervisão do Conselho de Guardiães. Há assentos reservados para indivíduos das minorias do país, que são os zoroastrianos, os judeus e os cristãos (armênios e assírios) (IHS JANE'S, 2009a). Além de ser responsável por aprovar

tratados e outros documentos internacionais e poder investigar e examinar todos os assuntos do país, a Assembleia (em farsi *Majlis*) pode criar leis sobre todos os temas, desde que não desrespeitem a Constituição ou o Alcorão. A *Majlis* pode receber propostas de lei do executivo e apresentá-las para votação e eventual aprovação (IRAN, 1992).

A determinação sobre a adequação de propostas de lei à Constituição e ao Alcorão é de responsabilidade do Conselho de Guardiães. Esse conselho é composto por doze indivíduos, sendo metade escolhida pela Assembleia Consultiva Islâmica e a outra metade, pelo líder supremo. Os membros escolhidos pelo líder supremo são homens religiosos, enquanto os escolhidos pela *Majlis* são juristas muçulmanos especialistas em diferentes áreas do direito dentre uma lista pré-determinada pelo líder do Judiciário. Os doze membros cumprem mandatos de seis anos, com metade do corpo sendo trocado a cada três anos. Além de suas funções legislativas, o Conselho de Guardiães também deve supervisionar as eleições populares do presidente, da Assembleia Consultiva Islâmica e da Assembleia de Peritos, além de consulta e referendos populares. Quando o Conselho de Guardiães e a Assembleia Consultiva Islâmica divergem com relação a uma lei, cabe ao Conselho de Discernimento a decisão final sobre o assunto. Esse órgão tem seus membros escolhidos diretamente pelo líder supremo (IRAN, 1992).

O poder judiciário é chefiado pelo líder do Judiciário, sendo auxiliado nessa função pelo ministro da Justiça. O líder do Judiciário é escolhido pelo líder supremo por suas qualidades morais e por seu conhecimento de assuntos jurídicos para um mandato de cinco anos. É de sua responsabilidade a manutenção de uma estrutura para o cumprimento da Constituição e a submissão de leis ao Legislativo que melhorem a condução de suas atividades, além de ter papel fundamental da escolha de novos juízes. Os juízes não podem ser removidos de seu cargo a não ser através de comprovação de sua culpa em tribunal. Para melhor supervisionar o cumprimento das leis pelas cortes iranianas, existe a Corte Suprema, cujo chefe e cujo procurador-geral são escolhidos pelo líder do Judiciário, auxiliado pelos demais juízes da Corte Suprema, para mandatos de cinco anos (IRAN, 1992).

### **3.3 Participação política e sociedade civil na Arábia Saudita**

A análise dos principais documentos legais que estabelecem o sistema político saudita já permite perceber a inexistência de mecanismos para a participação popular na definição dos rumos políticos do país. Partidos políticos não são permitidos pela lei saudita, e as únicas eleições que são realizadas são para os conselhos municipais locais. As primeiras eleições

nacionais para esses conselhos foram realizadas em 2003, sendo apenas metade dos assentos determinada por voto popular. O direito a voto foi limitado a homens maiores de 21 anos, restringindo-se a apenas 20% da população saudita, boa parte da qual permaneceu cética às possibilidades de mudança pelo voto (BRADLEY, 2005). Assim, o processo de tomada de decisão na Arábia Saudita manteve-se, desde sua criação, restrito à família real (HERB, 1999).

Os filhos e netos do criador do Reino da Arábia Saudita, Abd al-Aziz-Saud, ocupam as principais funções políticas. Alguns postos são ocupados por aliados políticos dos Saud, especialmente por parentes de Abd al-Aziz, como descendentes de seus irmãos e tios. Ainda durante o período de criação do Estado saudita, Abd al-Aziz contraiu matrimônio com filhas de famílias importantes, de líderes de grupos dos territórios conquistados, para garantir o apoio desses. A linha sucessória entre os filhos de Abd al-Aziz costuma seguir uma ordem crescente de importância entre os principais cargos executivos do país. O rei saudita ocupa também o posto de primeiro-ministro (KECHICHIAN, 2001). Após o falecimento dos dois últimos príncipes herdeiros, Sultan e Nayef, o atual príncipe herdeiro e vice-primeiro-ministro é o outro meio-irmão de Abdullah, Salman (CIA, 2013).

Inexistindo competidores legais pelo poder na Arábia Saudita, a disputa por poder permitida pelas leis que guiam a política no país se concentra no âmbito da família real. A questão da sucessão se tornou um grande desafio para a manutenção da estabilidade da monarquia saudita. Apesar das vantagens do sistema dinástico saudita apontadas por Brooker (2009), no que diz respeito a permitir a escolha de reis que representem os interesses da família, a determinação do rei envolve uma disputa de interesses dentro do grande grupo de descendentes diretos de Abd al-Aziz. Até a ascensão de Abdullah, a sucessão seguiu predominantemente o critério de idade, apesar da abdicação de alguns dos filhos do criador do Estado saudita. Com o aumento da complexidade da linha sucessória saudita e com o acirramento da disputa familiar por poder, surgiram grupos rivais dentro da própria família Saud, baseados principalmente na matrilinearidade. A questão da sucessão da atual geração dos Saud pelos netos de Abd al-Aziz permanece um ponto de tensão para o futuro do país (MOULINE, [2010]).

Até o final do século XX, a Arábia Saudita possuía pouca atividade do que se poderia considerar sociedade civil. A queda de muitos regimes autoritários na década de 1990 se refletiu em protestos populares na Arábia Saudita, que foram respondidos com certas concessões, como a criação de algumas organizações para verificar a situação dos direitos humanos no país e com a promessa de criação de outras organizações de sociedade civil. Contudo, apesar de não governamentais, tais organizações foram criadas a partir do Estado e

não gozam de toda a liberdade necessária para realizar suas atividades de forma eficiente, impedindo a organização de uma verdadeira sociedade civil saudita (IHS JANE'S, 2009b). Em 2011, novamente protestos eclodiram no país, reflexo dos demais protestos testemunhados no Oriente Médio, clamando por maiores poderes e mais autonomia para os poderes legislativo e judiciário. Contudo, os instrumentos de cooptação da oposição e de patrimonialismo<sup>19</sup> empregados pelo Estado saudita possibilitaram a redução dos protestos sem grandes prejuízos para a estabilidade do país (GAUSE III, 2011).

A legitimidade da monarquia saudita foi muitas vezes questionada por diferentes grupos sociais dentro do país. Se inicialmente os Saud se valeram do islamismo para minar opositores seculares dentro e fora do país, a ascensão de grupos islamitas representou um desafio maior à manutenção da legitimidade dos monarcas. Esses grupos fizeram críticas aos monarcas sauditas inúmeras vezes, acusando-os de desrespeitarem princípios islâmicos (HERB, 1999). Contudo, tais críticas são denunciadas pelo corpo religioso governamental, que desacredita tais grupos, definindo-os como equivocados. A observação rígida dos princípios da xaria permite uma grande credibilidade aos Saud contra acusações de islamitas. A monarquia saudita resistiu a duas tentativas de golpe no século XX, em 1969 e em 1977. Tais golpes foram empreendidos por grupos militares e alertaram os monarcas para a importância de manter esse setor leal ao regime. Assim, intensificaram-se as bonificações e os benefícios ao setor. A oposição civil secular à monarquia enfrenta dura repressão estatal, sendo o principal grupo opositor o Comitê para a Defesa dos Direitos Legítimos (CDDL). Esse grupo foi criado em 1993, e seu líder está exilado no Reino Unido, gerando desconforto para as relações entre Riad e Londres (KECHICHIAN, 2001).

Uma importante ameaça à estabilidade da Arábia Saudita é a população xiita do país, que habita principalmente a Província Oriental, onde se desenvolve a exploração do petróleo saudita. Os xiitas não gozam dos mesmos direitos dos sunitas, gerando um sentimento de insatisfação para com os Saud por parte dessa minoria religiosa. Assim, a partir de 1979, os xiitas começaram a gerar tensões no país, protestando contra sua situação desigual. O início desses protestos foi concomitante à Revolução Iraniana, o que levou a monarquia a relacionar o governo iraniano às tensões com os xiitas sauditas, percebendo-os como parte da estratégia de exportação da revolução defendida por alguns estadistas iranianos. Contudo, a importância da manutenção da estabilidade na província onde as reservas de petróleo se encontram levou

---

<sup>19</sup> Patrimonialismo se refere a um sistema político em que o poder está muito centralizado e que a propriedade estatal se mistura com a propriedade do governante. Em sistemas patrimonialistas, grupos de pressão costumam ser satisfeitos através de concessões de recursos ou posições, criando vínculos de lealdade e dependência para com o governo central (ERDMANN; ENGEL, 2006).

os monarcas a fazerem concessões aos grupos xiitas, o que teve importantes efeitos para a estabilização da questão. Embora tenha havido avanços para a situação dos xiitas, e as tensões tenham se reduzido, a desconfiança mútua persiste bastante forte (JONES, [2010]).

Enquanto boa parte dos clérigos sauditas faz parte da *ulama*<sup>20</sup>, que segue e difunde os princípios wahabitas, sendo os principais defensores dos valores sauditas, outro grupo de religiosos e intelectuais islâmicos surgiu: os *sahwis*. Segundo Al-Rasheed (2007, p. 66, tradução nossa, grifo nosso), “os *sahwis* são um subgrupo solto e fluido dentro da comunidade de fiéis que desde os anos 1970 lutou para estabelecer uma identidade distinta para si”<sup>21</sup>. Esse grupo discorda de muitas das posições dos principais intérpretes do wahabismo e de muitas das práticas dos Saud em termos de política. Os *sahwis* tiveram especial importância na década de 1990, tendo sido muitos deles presos por desafiar a monarquia. A partir de então, passaram a receber especial atenção do governo saudita, tendo em vista seu potencial de mobilização. Suas posições, contudo, não refletem uma maior aproximação aos ideais ocidentais de liberdade civil e direitos das mulheres.

Alguns analistas percebem os grupos jihadistas sauditas como *sahwis* radicalizados, tendo sido polarizados pela falta de mudança no reino e militarizados a partir das participações do Reino da Arábia Saudita em conflitos na região, em especial na guerrilha afegã contra o governo socialista e contra a União Soviética. O principal representante dos jihadistas foi Osama Bin Laden, que se tornou o maior inimigo dos Saud após ter se revoltado contra a aliança saudita-estadunidense. Após os ataques de 11 de setembro, os *sahwis* passaram a temer ser relacionados aos jihadistas e reduziram suas atividades, sendo boa parte deles cooptada pelo governo. Críticos ao regime da Arábia Saudita, ligados ou não aos *sahwis*, se mantiveram ativos, predominantemente no exterior. Londres se tornou o principal centro de críticos à monarquia, por permitir liberdade para que esses manifestassem seu descontentamento (AL-RASHEED, 2007).

### 3.4 Participação política e sociedade civil no Irã

A Constituição iraniana, em seus artigos 26 e 27, permite a reunião e a associação de indivíduos para formar partidos, sociedades, associações políticas ou profissionais e sociedades religiosas, inclusive para as religiões minoritárias do país. Essa liberdade só pode ser revogada caso tais organizações violem os princípios de independência, liberdade e

<sup>20</sup> Termo utilizado para se referir aos acadêmicos islâmicos (AL-RASHEED, 2007).

<sup>21</sup> Do original em inglês.

unidade nacional, os critérios do Islã ou as bases da república islâmica. A participação nessas organizações não pode ser proibida nem compelida a nenhum indivíduo (IRAN, 1992). A Lei dos Partidos Políticos, de 1981, mas emendada e ratificada em 1982, estabelece os princípios para a criação e manutenção de partidos, organizações, associações e grupos políticos e profissionais. A supervisão desses processos fica a cargo do Ministério de Interior, que estabelece princípios bastante rígidos. Segundo o Artigo 10 da lei, uma comissão composta por um representante do ministro de Interior, um representante do procurador geral, um representante do líder do Judiciário e dois representantes da Assembleia Islâmica Consultiva irá supervisionar as atividades dos grupos políticos (IRAN, 1989).

No período que sucedeu a Revolução Iraniana, o sistema político iraniano foi dominado pelo Partido Republicano Islâmico (PRI), num processo que se acreditava que levaria a um regime de partido único (ARJOMAND, 2009). Keshavarzian (2005) afirma que esse partido cumpriu a função de alinhar as frentes revolucionárias que levaram à derrubada do xá. Apesar de ter tido sucesso nesse sentido, neutralizando possíveis contestadores da legitimidade da república islâmica, o Partido Republicano Islâmico não conseguiu homogeneizar seus membros, o que demonstrou a fragilidade da união de todos os grupos em um só partido. Em 1º de junho de 1987, o partido foi desmembrado, resultando na formação de um novo sistema de partidos no Irã. Arjomand (2009) acrescenta que o presidente à época, Ali Khamenei, afirmou que a função do PRI, de constitucionalizar a força do líder supremo, fora cumprida, e que, assim, ele podia ser desmantelado.

Após o fim do Partido Republicano Islâmico, houve a criação de diversos partidos e organizações políticos. A aprovação para a criação de um partido pelo Ministério de Interior se tornou um processo bastante complicado, provocando um fenômeno de um grande número de organizações políticas sem reconhecimento enquanto partidos (ARJOMAND, 2009). O número total de organizações e partidos ultrapassa a marca dos cem. Uma característica importante da organização político-partidária do Irã é que a associação aos partidos e às demais organizações políticas não é exclusiva, sendo permitida a participação em mais de uma organização ou partido (IHS JANE'S, 2009a). Contudo, como ressalta Arjomand (2009), uma importante parte do processo político, no que tange a conscientização e a mobilização políticas dos iranianos, se concentrou nas esferas religiosas, durante encontros para preces e orações.

A presença de diversos partidos e a possibilidade de filiação a mais de um partido tornou a organização partidária pouco representativa das principais disputas políticas presenciadas no país. Assim, ao invés de se presenciar uma disputa entre grandes partidos, o

que ocorre é a divisão do espectro político iraniano em duas grandes coalizões e suas divisões internas. As duas grandes correntes políticas iranianas são o conservadorismo e o reformismo: enquanto os conservadores dominam os órgãos não eleitos e possuem divisões internas concorrentes, os reformistas representam a luta por uma maior democratização do sistema político iraniano, sendo um bloco mais unido. Os conservadores podem ser divididos em pragmáticos, tradicionalistas e linha-dura, havendo importantes distinções entre esses grupos (IHS JANE'S, 2009a).

A maior parte dos indivíduos que ocupam as principais posições nos órgãos que não são eleitos popularmente pode ser enquadrada enquanto conservadores tradicionalistas, representando os líderes do movimento revolucionário de 1979, aliados da Guarda Revolucionária. Os conservadores pragmáticos são os mais próximos ao reformismo, propondo medidas mais liberais, principalmente no campo econômico, o ex-presidente Hashemi Rafsanjani faz parte dessa linha. O ex-presidente Mahmoud Ahmadinejad faz parte do terceiro grupo de conservadores: os linhas-duras. Eles são em grande parte a segunda geração da revolução islâmica, se opondo em muitos aspectos aos conservadores tradicionalistas. Os anos da presidência de Ahmadinejad representaram a ascensão desse grupo e a constatação da disputa entre esses dois grupos conservadores. Apesar de gozar de certo apoio do Líder supremo no início de sua presidência, Ahmadinejad foi perdendo gradualmente o respaldo dos tradicionalistas, tendo mais dificuldades para implantar muitas de suas medidas (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007).

Os reformistas são a principal oposição aos conservadores e detiveram certo controle político sobre o país durante a presidência de Muhammad Khatami. As posições econômicas e políticas mais liberais dos reformistas foi vitoriosa nas eleições de 1997, em um movimento que ficou conhecido como a Frente 2 de Khordad<sup>22</sup> (IHS JANE'S, 2009a). A frente reformista se propunha a ser uma terceira via à política iraniana, se antagonizando à ocidentalização do período do xá, mas propondo modernizações ao sistema criado por Khomeini. Khatami e seus aliados não se propunham a acabar com a república islâmica, mas buscavam aumentar a liberdade política de forma a garantir a manutenção do sistema. As políticas de Khatami foram bem recebidas pela população iraniana, principalmente entre os jovens, provocando o surgimento de inúmeros grupos sociais e outras formas de organizações de sociedade civil. Contudo, Khatami enfrentou forte oposição dos segmentos mais conservadores da sociedade,

---

<sup>22</sup> O nome do movimento se deve à data da eleição do ex-presidente Muhammad Khatami, dia 23 de maio de 1997, que no calendário persa se refere ao segundo dia do mês de Khordad.

o que o impediu de avançar em seus objetivos de maior liberalização do sistema político (TAZMINI, 2009).

Um dos principais resultados do período da presidência de Khatami foi o fortalecimento da sociedade civil, havendo um aumento da participação popular nessa forma de organização social. Esse fenômeno não foi apenas resultado das medidas adotadas pela gestão de Khatami, mas também da evolução político-social da sociedade iraniana, que viu em Khatami a concretização de seus novos objetivos. Khatami defendia que organizações, grupos e estabelecimentos fora do governo não são contrários à república islâmica, mas que permitem o diálogo do Estado e da sociedade, algo necessário para o avanço da república islâmica. Após sua eleição, multiplicaram-se os grupos reformistas, além de aumentar a politização de estudantes que passaram a fazer protestos por diferentes causas (IHS JANE'S, 2009a, TAZMINI, 2009).

A sociedade civil iraniana possui três correntes de grupos sociais: os que veem a sociedade civil como antitética à república islâmica, ou linhas-duras; os que buscam islamizar a sociedade civil; e os que veem a sociedade civil como instrumento para promover o pluralismo e a democracia (IHS JANE'S, 2009a). O terceiro grupo ganhou bastante força com a eleição de Khatami, que permitiu e apoiou a criação de grupos políticos pró-reforma. Já no início de seu mandato, uma série de jornais e revistas passou a circular com autorização governamental tratando de temas que anteriormente eram proibidos. Contudo, a esperança por reformas em prol de uma maior liberalização do sistema político iraniano que foi atribuída a Khatami acabou por ser frustrada, uma vez que seu controle sobre os rumos do país não era tão intenso como muitos eleitores esperavam (TAZMINI, 2009).

Os obstáculos encontrados por Khatami em seu processo de liberalização do sistema político iraniano impediram-no de promover as mudanças esperadas por grupos que o elegeram, principalmente entre os jovens. Esse descontentamento, aliado ao maior grau de participação da sociedade civil, gerou protestos e manifestações, em especial os organizados por grupos estudantis. Apesar da presidência reformista, diversos veículos de comunicação em prol de mudança foram censurados e/ou fechados por outros órgãos do governo (TAZMINI, 2009). Contudo, as mudanças promovidas durante o governo de Khatami perduraram e tiveram resultados também na presidência de Ahmadinejad. A própria eleição de Ahmadinejad foi resultado da criação de novos grupos políticos. As manifestações estudantis e populares não deixaram de ocorrer, embora a repressão a esses movimentos também tenha sido forte (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007).

#### 4 INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOLFO PÉRSICO

“A política externa é, por excelência, o domínio da autonomia do Estado”<sup>23</sup> (HALLIDAY, 2005b, p. 54, tradução nossa). O presente capítulo tratará da política externa de Arábia Saudita e Irã, buscando analisar os principais elementos que pautam suas inserções internacionais. Para tanto, é necessário ter-se em mente os aspectos históricos e institucionais trabalhados nos capítulos anteriores. A formação da política externa dos países do Oriente Médio é tida por muitos como um processo extremamente centralizado, decidida por apenas um indivíduo ou uma pequena elite. Contudo, Halliday (2005b) se opõe a essa percepção e afirma que, apesar da preponderância de determinados grupos ou atores na formulação da política externa, outros fatores também influenciam esse processo.

Segundo Halliday (2005b), o processo de tomada de decisão em política externa nos países do Oriente Médio é influenciado por cinco fatores: interesses burocráticos, opinião pública, capacidade estatal, normas, e contexto externo. Os interesses burocráticos representam a influência de outros indivíduos dentro da estrutura estatal sobre as decisões dos chefes de Estado. A opinião pública tende a ser um fator a ser levado em consideração na formação das políticas públicas, principalmente para garantir a estabilidade dos regimes; contudo, a política externa não costuma ser um dos principais interesses das populações. A capacidade estatal é um elemento que nem sempre tem seus limites respeitados pelos chefes de Estado. As normas se referem às ideologias seguidas ou instrumentalizadas pelos governos para adotar determinadas atitudes em sua inserção internacional. Por fim, o contexto externo influi na formação da política externa na medida em que essa se molda para responder àquele (HALLIDAY, 2005b).

Nos dois casos estudados, o peso do contexto externo desempenhou um papel fundamental: como será visto a seguir, Arábia Saudita e Irã tiveram de responder em grande parte às pressões, demandas e oportunidades do sistema internacional para orientarem suas políticas externas. Isso não os impediu de criar novas questões para o mundo, como o embargo de petróleo e o aumento dos preços desse recurso de 1973 e a proposição do “Ano de Diálogo das Civilizações” de 2001. Além disso, ambos os países se valeram das normas, isto é de ideologias, para fundamentar suas estratégias internacionais, tendo Riad e Teerã se colocado como defensores da causa islâmica, incorrendo, inclusive, em disputa por um papel de liderança no mundo islâmico.

---

<sup>23</sup> Do original em inglês.

O presente capítulo tratará da inserção internacional e regional da Arábia Saudita e do Irã e dividir-se-á em três seções. A primeira tratará da inserção internacional do Reino da Arábia Saudita, tratando de aspectos gerais da política externa saudita, da relação do reino com os grandes atores do sistema internacional (Estados Unidos, países europeus, Rússia e China) e com seus vizinhos. A segunda seção tratará do mesmo tema para a República Islâmica do Irã, analisando também o programa nuclear iraniano e seus reflexos sobre a política externa. Por fim, a terceira seção analisará as relações entre Riad e Teerã, apontando diferenças e semelhanças em suas inserções internacionais.

#### **4.1 A inserção internacional da Arábia Saudita**

A Arábia Saudita possui uma posição no sistema internacional bastante consolidada. Após o período de expansão territorial, terminado na década de 1930, e da descoberta de petróleo e de sua subsequente exploração e exportação, pouco foi alterado nas bases da política externa saudita. Sua política externa é definida no seio da família Saud, que detém todo o poder político do país. O principal fator, dentre os elencados por Halliday (2005b), que interfere no processo de tomada de decisão pelos Saud é o contexto externo. Suas relações externas sofreram alterações principalmente por decorrência de mudanças dos outros atores. Ainda assim, alguns elementos de oposição e conflito permanecem características da inserção internacional e regional saudita, merecendo especial estudo.

##### **4.1.1 A política externa da Arábia Saudita**

O Reino da Arábia Saudita possui duas tendências opostas em sua inserção internacional: um isolamento do resto do mundo e uma forte dependência do sistema internacional. Por um lado, o reino saudita busca se manter isolado de influências externas que possam ameaçar seu regime, seja por deslegitimá-lo, seja por representar uma ameaça física à sua integridade territorial. Por outro lado, sua própria organização econômica depende do sistema internacional, uma vez que suas duas principais atividades envolvem um elevado grau de integração, ao menos física e infraestrutural, com o resto do mundo: a exportação de petróleo e a peregrinação de muçulmanos durante o *Hajj*<sup>24</sup> (JOFFE, [2010]).

---

<sup>24</sup> Um dos cinco pilares do islamismo, o *Hajj* consiste na peregrinação para as duas cidades sagradas de Meca e Medina, ambas na região saudita do Hijaz. A peregrinação deve ser feita entre o oitavo e o décimo segundo dia do décimo segundo mês do calendário islâmico. Sendo o calendário islâmico mais curto do que o gregoriano, a

A Arábia Saudita foi o único país árabe que não foi controlado por potências europeias. A conquista do território que atualmente pertence ao reino saudita foi um processo longo às custas dos países vizinhos e dos povos que tiveram de se submeter ao controle dos monarcas sauditas. O receio para com as potências imperialistas europeias que dominavam os povos ao redor da Arábia Saudita e a necessidade de manter suas defesas fortes para garantir o território conquistado levaram os sauditas a se manterem isolados e terem receio no estabelecimento de relações com outros países, especialmente com os europeus.

Long e Maisel (2010) atribuem parte dessa tendência de isolamento da Arábia Saudita a características intrínsecas ao povo saudita. Segundo eles, os sauditas têm um sentimento de autoconfiança cultural, que pauta o estabelecimento de relações com outros países. Essa autoconfiança se deve à sua identidade árabe, diferente da de seus vizinhos, uma vez que é baseada em linhas genealógicas que remetem à época de Maomé, e à sua herança islâmica. Além da autoconfiança cultural, a “síndrome de cerco”<sup>25</sup> saudita é outro fator relevante para entender seu isolamento. Ambos os elementos influenciam a condução da política externa saudita e a organização de sua política de defesa.

O militarismo do reino se desenvolveu, assim, devido à busca por uma melhor defesa em um ambiente que se acredita ser conflituoso e hostil. As forças armadas sauditas, além de se voltarem a proteger as fronteiras do reino, têm vital função na proteção das reservas de petróleo do país. O sistema de defesa saudita é uma grande preocupação dos monarcas. A descoberta de petróleo e o estabelecimento de fortes relações com os Estados Unidos foram dois importantes fatores na evolução da defesa saudita. As forças armadas sauditas contam com um pequeno contingente, devido à pequena população do país. Contudo, como o reino conta com os abundantes recursos oriundos do petróleo, seu sistema de defesa se vale desses recursos para manter um padrão de alta tecnologia. As forças armadas sauditas, além de serem intensivas em tecnologia, dependem fortemente de apoio externo, especialmente dos Estados Unidos, que, embora não tenham mais tropas no país, se preocupam com a segurança de seu importante aliado na região (IHS JANE’S, 2009b).

A descoberta de petróleo em território saudita no final da década de 1930 mudou a situação da Arábia Saudita em muitos aspectos. A sua consequência imediata foi aliviar os problemas econômicos que o país vivia, tendo em vista que era um dos países mais pobres do

---

data do *Hajj* ocorre em períodos diferentes a cada ano. O fluxo de peregrinos nas cidades sagradas atinge enormes proporções, gerando a necessidade de ampla infraestrutura durante esse período (LONG; MAISEL, 2010).

<sup>25</sup> Esse conceito se refere à percepção de hostilidade em suas fronteiras. Essa percepção deriva do fato de que a monarquia já teve disputas territoriais ou apresentou relações hostis com todos os seus vizinhos, além de vários países da região (LONG; MAISEL, 2010).

mundo e que, após a descoberta do petróleo, reverteu sua situação econômica a partir da renda oriunda do petróleo (HALLIDAY, 2002). A exploração petrolífera e a evolução do mercado desse recurso, assim, passaram a ocupar um importante papel nas relações exteriores sauditas. Ao mesmo tempo, devido a suas reservas de petróleo, as maiores documentadas no mundo, a Arábia Saudita passou a desempenhar um papel vital na organização do mercado energético mundial.

O desenvolvimento da exploração de petróleo saudita ocorreu após o final da Segunda Guerra Mundial, tendo sido fundamental o papel desempenhado por empresas petrolíferas estadunidenses. Se até a década de 1960 o mercado era dominado pelas empresas petrolíferas ocidentais, o aumento da demanda internacional nessa década deu maior poder aos países donos das reservas de petróleo. Na década de 1970, os Estados Unidos passaram a ser importadores líquidos de petróleo, e a Arábia Saudita e os demais países produtores passaram a exigir maior controle sobre o mercado de seu principal produto. A partir de então, a Organização dos Países Produtores de Petróleo, que fora criada em 1960, ganhou maior controle sobre o mercado de petróleo. Além disso, os países produtores, entre eles a Arábia Saudita, passaram a nacionalizar os recursos de petróleo que eram previamente cedidos às empresas através de acordos de concessão. Em 1980, os sauditas completaram sua gradual dominação da ARAMCO, previamente controlada por empresas estadunidenses, nomeando-a ARAMCO Saudita, a maior empresa de petróleo do mundo (LONG; MAISEL, 2010).

Em 1973, durante a Guerra do Yom Kippur<sup>26</sup>, os países árabes da OPEP, capitaneados pela Arábia Saudita tentaram tornar seus recursos petrolíferos um instrumento para obter seus objetivos de política externa. Promovendo um aumento dos preços de comercialização do petróleo de seis vezes e impondo um embargo aos apoiadores do regime israelense, em especial Estados Unidos e Holanda, os países árabes buscavam fazer com que tais países parassem de apoiar Israel no conflito. Contudo, a “arma do petróleo” não obteve os resultados esperados e foi logo abandonada, sem ter sido utilizada novamente (HALLIDAY, 2005b). Apesar de ter se mostrado ineficiente para garantir exigências imediatas, o petróleo é um importante instrumento da política externa saudita. Os efeitos do aumento de seus preços em 1973 foram devastadores para a economia mundial e mostraram a importância desses países para a saúde econômica mundial.

---

<sup>26</sup> A Guerra do Yom Kippur foi o quarto conflito entre árabes e israelenses após a criação do Estado de Israel em 1948. Em 6 de outubro de 1973, Egito e Síria fizeram um ataque surpresa a Israel, mas não tiveram grandes resultados materiais (HALLIDAY, 2005b).

Desde a década de 1970, a OPEP se desenvolveu em um importante organismo internacional, cujas decisões têm importantes efeitos sobre a economia mundial. A proposta da organização é comumente comparada à formação de um cartel em âmbito global, uma vez que seu objetivo é concertar os preços e as condições de venda do petróleo. Contudo, Alhajji e Huettner (2000) demonstram a partir de estudos econométricos que a OPEP não possui as características de um cartel. Além disso, seu controle sobre o mercado petrolífero não é tão forte quanto se acredita, uma vez que as divergências entre os membros entre manter os preços altos ou baixos dificultam a formulação de uma política comum duradoura, e a produção saudita torna o país preponderante na tomada de decisão. Alhajji e Huettner (2000) afirmam que a Arábia Saudita é o único país da OPEP que conseguiu variar sua produção voluntariamente. Na década de 1980, os sauditas se submeteram a uma drástica redução de volume exportado para manter os preços mundiais em um patamar saudável para as economias dos países produtores. Assim, a Arábia Saudita se demonstra dominante no mercado de petróleo e na condução global de políticas para esse mercado.

Além de ser instrumento para influenciar o mercado petrolífero mundial, o petróleo permite à Arábia Saudita conduzir sua política regional. As rendas auferidas com a exportação desse recurso são utilizadas em investimentos e projetos de assistência predominantemente voltados a seus vizinhos árabes. Tais fluxos financeiros são responsáveis pela manutenção da estabilidade da região, permitindo aos sauditas uma maior influência na região. Tais recursos também foram utilizados para apoiar lados aliados dos sauditas em conflitos na região, como os iemenitas do norte contra os do sul (1962-70), os iraquianos contra os iranianos (1980-8), a *mujahidin* afegã contra o governo central afegão e os soviéticos (1979-89) (LONG; MAISEL, 2010).

O conservadorismo da política interna saudita se reflete em sua política externa, sendo um de seus principais objetivos regionais a manutenção da estabilidade. A escolha de seus aliados nos conflitos da região é exemplo desse padrão saudita. Assim, desafios à manutenção da estabilidade são combatidos por Riad. O nasserismo nas décadas de 1950 e 1960 representou um desafio para a manutenção do status quo na região e conseqüentemente aos objetivos sauditas. Arábia Saudita e Egito disputaram, assim, a liderança do movimento pan-arabista e a determinação do modelo de integração que o movimento seguiria. Tal disputa se materializou na Guerra Civil Iemenita, em que cada país apoiou um dos lados do conflito. O desenrolar da guerra representou um forte desgaste do nasserismo, que fora enfraquecido

enquanto projeto pelo fim da República Árabe Unida<sup>27</sup> (HALLIDAY, 2002, FERABOLLI, 2009).

Um novo desafio ao status quo regional foi a Revolução Iraniana, que fomentou grupos revolucionários em diversos países do Oriente Médio. O apoio saudita aos iraquianos contra os iranianos na década de 1980 foi reflexo do objetivo saudita de conter desafios à estabilidade regional. O aumento do controle dos países exportadores de petróleo sobre o mercado desse recurso e o conseqüente aumento do poder desses países no sistema internacional teve reflexos regionais. Com a intensificação dos fluxos de investimento e assistências das petro-monarquias para os demais países árabes, a Arábia Saudita consolidou sua importância no cenário regional. O projeto saudita para a região envolve uma integração menos intensa dos países árabes, algo que se materializou com os entraves ao desenvolvimento da Liga Árabe e com a ascensão de acordos de integração sub-regionais entre os países árabes, como o Conselho de Cooperação do Golfo (FERABOLLI, 2009, HALLIDAY, 2005b).

A ideologia islamita da política externa saudita divide o mundo entre os territórios divinos, onde o islamismo é dominante, e os territórios em guerra, onde predominam outras religiões ou nenhuma. O nível de ameaça de tais territórios em guerra varia de acordo com a percepção das autoridades sauditas. Após ter conquistado a região do Hijaz, o reino saudita passou a desempenhar uma importante função no mundo islâmico: a administração da peregrinação islâmica. Essa função vai além da simples manutenção da infraestrutura das duas cidades sagradas, sendo necessária a criação de uma infraestrutura que torne viável a peregrinação. A criação de condições para permitir um fluxo anual cada vez maior de fiéis sempre fez parte da política saudita, tendo sido um grande desafio no período que antecedeu a exploração do petróleo. Com a descoberta desse recurso, o governo saudita passou a ter uma melhor infraestrutura para receber os peregrinos (LONG; MAISEL, 2010).

A partir da melhora das condições econômicas da Arábia Saudita, o governo saudita passou a desenvolver uma política mais ativa para o mundo islâmico. Parte dessa estratégia significou o envio de recursos para outros países islâmicos para auxiliar na melhora da condição de vida dos muçulmanos no mundo todo. Além disso, o governo saudita passou a ajudar muçulmanos com poucos recursos a realizarem a peregrinação. A busca pelo fortalecimento do islamismo, e em certa medida do wahabismo, em outros povos muçulmanos

---

<sup>27</sup> A República Árabe Unida foi a fusão de Egito e Síria, algo que durou de 1958 a 1961 em meio ao processo de criação de organismos de integração dos países árabes (FERABOLLI, 2009).

levou os monarcas sauditas a financiar a criação de mesquitas, além de auxiliar na formação dos profissionais dessas instituições (LONG; MAISEL, 2010).

A promoção de um pan-islamismo foi parte do plano saudita de contenção do pan-arabismo secular de Nasser e teve importantes resultados. Os esforços para desenvolver um pan-islamismo resultaram na criação da Organização da Conferência Islâmica<sup>28</sup> em Rabat, em 1969. Apesar de seus encontros serem rotativos, a organização conta com uma sede fixa em Jiddah desde 2005, refletindo a importância da Arábia Saudita na organização. A manutenção de uma posição de liderança no mundo islâmico é um grande objetivo da política externa saudita. Tal objetivo é ameaçado pela República Islâmica do Irã, que também se propõem a um papel de destaque na defesa dos interesses dos muçulmanos no sistema internacional<sup>29</sup> (IHS JANE'S, 2009b).

#### 4.1.2 A Arábia Saudita e os grandes atores do sistema internacional

A parceria entre Arábia Saudita e Estados Unidos foi iniciada através dos interesses de companhias privadas de exploração de petróleo, que buscavam garantir a oportunidade de explorar os vastos recursos energéticos sauditas. Durante a segunda metade do século XX, as relações saudita-estadunidenses evoluíram para diversos campos sendo um importante aspecto da política externa de ambos os países (HALLIDAY, 2002). A proeminência saudita no mercado de petróleo tornou a Arábia Saudita um fundamental parceiro dos Estados Unidos. A necessidade de garantir a estabilidade do mercado assegurou uma parceria vantajosa para Riad. Tal parceria garantiu a preservação dos interesses estadunidenses sobre a comercialização do petróleo no mundo, apesar de certas tensões na negociação de preços, especialmente na década de 1970 (LONG; MAISEL, 2010).

A cooperação militar entre Washington e Riad foi de extrema importância para a manutenção da segurança dos sauditas. Os Estados Unidos não só venderam equipamentos para a Arábia Saudita e auxiliaram no treinamento de suas tropas, mas também mantiveram bases militares por muito tempo em território saudita. A presença de tropas estadunidenses na Arábia Saudita só foi encerrada em 2003, após a invasão do Iraque, sem que isso acarretasse

---

<sup>28</sup> A OCI conta com a presença de 57 membros: Afeganistão, Albânia, Arábia Saudita, Argélia, Azerbaijão, Bahrein, Bangladesh, Benin, Brunei, Burkina Faso, Camarões, Catar, Cazaquistão, Chade, Comores, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Gabão, Gâmbia, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Iêmen, Indonésia, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Malásia, Maldivas, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, Omã, Paquistão, Palestina, Quirguistão, Senegal, Serra Leoa, Síria, Somália, Sudão, Suriname, Tajiquistão, Togo, Tunísia, Turcomenistão, Turquia, Uganda, e Uzbequistão (OIC, 2013).

<sup>29</sup> Ver seção 4.3.

prejuízos para a sensação de segurança dos sauditas. A cooperação militar entre os dois países também foi fundamental para a execução das estratégias estadunidenses para a região. Os dois países estiveram unidos na maioria dos conflitos presenciados no Oriente Médio (GAUSE III, [2010]).

O principal ponto de tensão nas relações entre Riad e Washington é a questão da Palestina. Como um país árabe, a Arábia Saudita se opõe ao Estado de Israel e defende os direitos dos palestinos à posse dos territórios retirados deles em 1948. A aliança entre Tel Aviv e Washington compromete a cooperação dos estadunidenses com os sauditas. As duas principais ocasiões de tensão nas relações entre os dois países foram o embargo árabe à exportação de petróleo para os Estados Unidos em 1973 e os ataques de 11 de setembro de 2001 (LONG; MAISEL, 2010, IHS JANE'S, 2009b).

Os ataques de 11 de setembro provocaram uma onda de repúdio e preconceito nos Estados Unidos contra árabes e muçulmanos, inclusive críticas ao regime saudita pela sociedade estadunidense, o que dificultou a cooperação entre Riad e Washington. Apesar de os ataques terem inicialmente gerado tensão, o terrorismo passou a ser um elemento de cooperação entre os dois países, uma vez que a Arábia Saudita aderiu à Guerra contra o Terror. O fato de Osama Bin Laden ter se tornado um inimigo do governo saudita na década de 1990 gerou um elemento de entendimento entre Riad e Washington (BRONSON, [2010]). Apesar da cooperação para conter o terrorismo, os dois países têm se afastado, parte da busca de Riad por uma maior autonomia. Em novembro de 2013, a Arábia Saudita declinou um assento rotativo no Conselho de Segurança da ONU alegadamente por não acreditar na capacidade do órgão de cumprir seus objetivos, baseando tal afirmação nos fracassos do CSNU em resolver a guerra na Síria (AL ARABIYA NEWS, 2013).

Embora a Arábia tenha por muito tempo evitado relações mais intensas com países europeus por temer suas pretensões imperialistas, Riad acabou por se aproximar das potências europeias. O intercâmbio comercial e o fluxo de investimentos com França e Reino Unido são importantes indicadores da intensificação dos laços sauditas com tais países. O fornecimento de armas e equipamentos militares europeus para os sauditas é um importante aspecto dessas relações. As tensões nas relações entre Europa e Arábia Saudita se concentram na concessão de asilo a muitos opositores do regime saudita em países europeus, especialmente no Reino Unido (IHS JANE'S, 2009b).

Arábia Saudita e União Soviética não estabeleceram relações diplomáticas até 1990, após a invasão iraquiana ao Kuwait. Essa animosidade entre os dois países foi provocada em parte pela intensidade das relações entre Washington e Riad e em parte pelo apoio soviético a

grupos e governos socialistas e comunistas em diversos países do Oriente Médio e do norte da África. Dentro da divisão mundial islâmica dos sauditas, a União Soviética representava uma ameaça maior do que as pretensões imperialistas europeias (LONG; MAISEL, 2010). Após a criação da Federação Russa, as relações entre Moscou e Riad se mantiveram bastante ruins. A competição entre russos e sauditas no mercado de petróleo e gás levou a fortes tensões, tendo Riad pressionado pela entrada da Rússia na OPEP, e tendo Moscou buscado aumentar seu controle sobre esse mercado. Contudo, a partir de 2003, as relações entre os dois países passaram a melhorar, começando pela posição comum contrária à invasão do Iraque. Além disso, sendo os dois países alvos de ataques terroristas, ambos compartilham o objetivo de combater o terrorismo. Apesar dessa melhora nas relações, os dois estão longe de ser aliados e as disputas comerciais pelo mercado energético permanecem intensas (KATZ, [2010]).

O Reino da Arábia Saudita não reconheceu a República Popular da China até 1990, quando deixou de reconhecer Taiwan. A ausência de relações diplomáticas entre os dois países até então seguiu a lógica da inserção internacional saudita durante a Guerra Fria, de alinhamento ao bloco ocidental. Apesar da ausência de relações por tanto tempo, o século XXI presenciou grandes avanços na cooperação, especialmente comercial, entre Riad e Pequim. Desde o início do novo milênio, a Arábia Saudita se consolidou enquanto principal fornecedor de petróleo para a China, e, em 2011, a China se tornou o principal exportador para a Arábia Saudita, passando os Estados Unidos (INTERNATIONAL TRADE CENTER, 2013). As relações entre Riad e Pequim, embora foquem primariamente em questões comerciais também envolvem cooperação para combater o terrorismo, um problema que afeta os dois países (IHS JANE'S, 2009b).

#### 4.1.3 A inserção regional saudita

Apesar da grande importância que as relações com os Estados Unidos possuem para a inserção internacional saudita, o Oriente Médio consiste na principal área de atuação da política externa da Arábia Saudita. A concentração de países árabes e muçulmanos, elementos mobilizados pela política externa saudita, e a preocupação com a estabilidade regional para a manutenção de suas atividades econômicas e políticas são importantes fatores para sua preocupação com assuntos regionais. A seguir serão apresentados os principais focos da política regional saudita, incluindo seus vizinhos imediatos, os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e o Iêmen, a participação saudita na estabilização do Iraque e o seu papel nas negociações de paz para o conflito palestino-israelense.

A principal área de influência da política externa saudita é o grupo de monarquias que compõe o Conselho de Cooperação do Golfo: Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait, e Omã (GCC, 2012). A cooperação entre esses países no campo econômico, promovendo a integração econômica entre os países, e a comunhão de posições para a região tornam o grupo um especial componente da inserção internacional saudita. A preponderância do reino saudita sobre os demais países lhe confere um maior peso no processo de tomada de decisão nesse grupo, especialmente no que se refere ao mercado mundial de petróleo (LONG; MAISEL, 2010).

Apesar da cooperação entre os demais países do bloco e a Arábia Saudita, alguns pontos de tensão se criaram, tendo em vista que as demais monarquias buscam fugir de uma posição de subserviência aos sauditas. Assim, Bahrain, Catar e os EAU firmaram acordos bilaterais de apoio militar ou de livre comércio com os Estados Unidos de forma a garantir certa autonomia perante os sauditas. Além disso, essas monarquias, também buscando reduzir a influência saudita, vêm desenvolvendo projetos de cooperação entre eles. Disputas territoriais, que marcaram o início da interação de Riad com seus vizinhos, foram aos poucos resolvidas através de negociação. Contudo, novas disputas vêm emergindo com a descoberta de novas reservas de petróleo, envolvendo não só membros do CCG, mas também outros atores regionais, especialmente o Irã (IHS JANE'S, 2009b).

A Arábia Saudita dedicou especial atenção para seu vizinho Iêmen, devido ao seu temor com relação às instabilidades no populoso país ao sul. Assim, os sauditas interviram nos assuntos internos do país antes e depois da unificação iemenita para evitar que as tensões lá repercutissem em seu território. A Arábia Saudita se inseriu no conflito entre os dois Iêmens ao lado dos monarquistas (HALLIDAY, 2002). Após o fim do conflito e da unificação iemenita em 1991, tensões fronteiriças permaneceram entre Sana e Riad, sendo apenas resolvidas em 2000. Com a assinatura de um acordo fronteiriço, os dois países passaram a desenvolver uma maior cooperação, vencendo obstáculos prévios. Importantes elementos da cooperação saudita-iemenita são o antiterrorismo, o combate ao tráfico de armas e drogas, e outras questões securitárias. Os monarcas sauditas retiraram, inclusive, suas objeções à entrada do Iêmen para o CCG (IHS JANE'S, 2009b).

Após serem destituídos do posto de guardiões das cidades sagradas pelos sauditas, os hashemitas se tornaram monarcas da Jordânia e do Iraque com o apoio de seus aliados britânicos. Após a independência desses dois países, as relações da Arábia Saudita com eles presenciaram muitas tensões (HALLIDAY, 2002). As relações entre Riad e Amã melhoraram gradualmente, devido a objetivos comuns para a região, como a necessidade de estabilidade

regional para garantir seus sistemas monárquicos. Contudo, a instauração de uma república no Iraque só piorou as relações entre Bagdá e Riad, tendo ambos disputado a liderança do mundo árabe, principalmente após a derrocada do nasserismo (FERABOLLI, 2009). A ameaça iraniana levou os sauditas a apoiarem os iraquianos contra Teerã, mas essa cooperação foi rompida após a invasão do Kuwait. Relações diplomáticas entre os dois países só foram restabelecidas após a invasão estadunidense e a posterior estabilização do Iraque. Um dos grandes focos de preocupação regional da Arábia Saudita é a estabilização iraquiana (IHS JANE'S, 2009b, LONG; MAISEL, 2010).

A questão palestina é outro importante foco da política saudita para o Oriente Médio. Dentro da visão mundial islâmica saudita, o Estado sionista israelense é tido como uma grande ameaça aos muçulmanos. Como os demais países árabes, a Arábia Saudita defende o direito dos palestinos a um Estado, se opondo ao reconhecimento de Israel. Contudo, como em outras questões regionais, Riad se mostra mais moderada nas suas demandas, aceitando a solução de dois Estados. Sua aliança com os EUA faz parte da estratégia para atingir seus objetivos nesse sentido, mas é minada pelo lobby israelense no Congresso estadunidense. Assim, a questão palestina se tornou um forte ponto de tensão para o eixo Washington-Riad, especialmente após a intensificação do apoio estadunidense a Israel. A Arábia Saudita buscou capitanear projeto de paz entre Israel e Palestina, propondo planos durante os reinados de Fahd e Abdullah. Tais planos, embora tenham sido bem recebidos por outros países árabes, foram rejeitados por Israel (HALLIDAY, 2005b, LONG; MAISEL, 2010).

#### **4.2 A inserção internacional do Irã**

A Revolução Iraniana representou uma grande e importante virada na política externa iraniana. A troca de modelo político não se resumiu às fortes mudanças internas, mas teve grande repercussão para a inserção internacional e regional do Irã e para as suas relações com seus vizinhos e com outros atores internacionais. A divisão do poder executivo em dois cargos, presidente e líder supremo, tem reflexos sobre a política externa do Irã, uma vez que nem sempre as posições dos dois postos convergem. O fator opinião pública, elencado por Halliday (2005b) como influente na determinação da política externa, tem peso no Irã, uma vez que os presidentes buscam respaldo na população para legitimar suas decisões. Esse foi especialmente o caso de Ahmadinejad, que buscou basear suas posições no orgulho nacional, seja na questão nuclear, seja nas críticas a Israel. Esta seção se voltará a estudar a evolução

histórica da política externa iraniana, as relações do Irã com os grandes atores do sistema internacional, a interação de Teerã com seus vizinhos e a questão nuclear iraniana.

#### 4.2.1 A política externa iraniana

O estágio revolucionário da República Islâmica do Irã apresentou características clássicas de governos revolucionários, isto é, uma situação em que se deve optar por exportar a revolução ou por aceitar o sistema e procurar consolidar e normalizar as mudanças introduzidas pela revolução (ARJOMAND, 2009). Embora a primeira estratégia tenha tido o apoio de boa parte das lideranças iranianas, empecilhos conjunturais impediram o país de avançar nesse sentido. A Guerra Irã-Iraque<sup>30</sup> ocupou boa parte dos esforços políticos da recém-criada república islâmica, limitando o espaço para a organização de uma nova política externa. O Irã, isolado internacionalmente desde a crise dos reféns estadunidenses, não conseguiu concentrar seus esforços em outra atividade que não a contenção do belicismo iraquiano (KHAN, 2010). O sistema internacional à época não proveu nenhuma forma de apoio aos iranianos, mesmo eles tendo sido vítimas do ataque inicial iraquiano (ARJOMAND, 2009, DABASHI, 2007). Halliday (2005b) enquadrou o conflito como fora da dinâmica da Guerra Fria, tendo em vista que o Irã não recebeu o apoio de nenhuma das superpotências.

O forte isolamento do Irã com relação ao resto do mundo se manteve durante e após a guerra com o Iraque. A partir do governo de Rafsanjani é que uma política externa iraniana começou a tomar forma, ainda que passível a mudanças determinadas pelos presidentes e pelo líder supremo. O governo de Rafsanjani foi marcado por um foco na recuperação econômica do Irã após os oito anos de guerra. Assim, uma maior integração ao sistema internacional se fazia necessária para que seu petróleo pudesse ser comercializado e para que seus projetos de desenvolvimento se concretizassem. Dessa forma, a eleição de Rafsanjani marcou a vitória do pragmatismo na política externa iraniana, sendo a melhora das relações do país com o resto do mundo seu principal objetivo, em especial o aumento do comércio. Nesse sentido, a bolsa de Teerã foi reaberta, e o Irã submeteu seu pedido de adesão à Organização Mundial do Comércio, que foi rejeitado (ARJOMAND, 2009).

O pragmatismo da política externa de Rafsanjani se manteve após a eleição de Khatami, que deu novo impulso à busca por uma melhora nas relações exteriores do Irã, apesar da baixa receptividade internacional. Em seus discursos em fóruns internacionais, Khatami defendeu o

---

<sup>30</sup> Ver seção 4.2.3.

“Diálogo entre Civilizações”. Esse discurso previa o trabalho conjunto de pensadores de todo o mundo para criar condições amistosas para o convívio das diferentes culturas mundiais de forma a evitar as tensões existentes. Segundo Tazmini (2009), a partir de seu discurso, Khatami anunciava que o Irã buscava deixar seu isolamento e assumir um papel mais ativo na decisão de assuntos regionais e internacionais.

Durante o debate geral da 53ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente Khatami propôs em seu discurso tornar o ano de 2001 o “Ano do Diálogo entre Civilizações”. Essa proposta buscava iniciar o novo milênio através da cooperação entre as nações e a convivência harmônica de diferentes culturas e civilizações. Em seu discurso, Khatami reforçou a crítica iraniana a formas de violência contra a diversidade cultural, inclusive condenando o terrorismo (KHATAMI, 1998). O discurso teve uma forte repercussão nas Nações Unidas. No mesmo ano, uma proposta resolução para a Assembleia Geral foi submetida pelo representante do Irã, Mohammad Javad Zarif, assinada por outros 45 países, de todos os continentes (UN, 1998a). A resolução, aprovada pelo órgão da ONU, declarou o ano de 2001 o “Ano do Diálogo entre Civilizações” (UN, 1998b).

Em 2000, Khatami se pronunciou novamente a favor do diálogo como forma de mitigar as tensões internacionais. Junto à UNESCO, estabeleceu uma mesa redonda para discutir aprofundadamente a questão do diálogo entre civilizações. Em seu discurso durante a ocasião, o presidente iraniano afirmou que:

De uma perspectiva ética, o paradigma do diálogo entre civilizações requer que abramos mão da vontade por poder e que, ao invés disso, recorramos ao desejo por empatia e compaixão. Sem o desejo por empatia, compaixão e compreensão, não haveria esperança para a prevalência da ordem em nosso mundo<sup>31</sup> (KHATAMI, 2000, não paginado, tradução nossa).

A abertura na postura diplomática do Irã promovida por Khatami foi bem recebida na pela União Europeia, que decidiu por retirar o banimento a negociações de alto escalão com o país, havendo pressão de alguns países pela normalização das relações europeias com o Irã. Assim, houve uma troca de visitas entre representantes políticos iranianos e europeus que resultou em acordos comerciais e políticos. A receptividade internacional permitiu ao Irã obter status de observador na OMC e receber empréstimos para investimentos em infraestrutura junto ao Banco Mundial durante o segundo mandato de Khatami. Da mesma forma, o Irã permitiu o envolvimento de mais empresas estrangeiras na exploração de seu petróleo (TAZMINI, 2009).

---

<sup>31</sup> Do original em inglês.

Contudo, o projeto de política externa desenvolvido por Khatami enfrentou sérios desafios que impediram que o isolamento iraniano fosse revertido. A concepção de 2001 como “Ano do Diálogo entre Civilizações” foi abalada pelo ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque. O ataque desencadeou uma resposta belicosa por parte dos Estados Unidos, que lançaram a Guerra ao Terror (ARJOMAND, 2009). Essa nova situação dificultou as conversas por um maior diálogo entre as civilizações, embora a 56ª Sessão da Assembleia Geral tenha aprovado uma agenda para a promoção do objetivo do ano (UN, 2001).

Arjomand (2009) aponta que os problemas enfrentados por Khatami na condução de sua política externa não se resumem a condicionantes externos: os mesmos fatores que dificultaram a promoção de mudanças internas complicaram os avanços almejados pelo presidente no âmbito internacional. Arjomand afirma que a condução da política externa iraniana foi fortemente afetada por grupos de interesse fortes, que agem como cartéis militares e econômicos dentro da esfera estatal, com objetivos próprios e meios para concretizá-los. Segundo o autor, eles teriam sido responsáveis pelo assassinato de um líder curdo da oposição na Alemanha em 1992, pelo ataque ao tradutor norueguês do escritor Salman Rushdie<sup>32</sup> em 1993 e pela explosão de um centro judaico em Buenos Aires, Argentina, em 1994. Tais acontecimentos dificultaram o avanço das negociações iranianas para reduzir seu isolamento internacional. A presença desses grupos e seu poder sobre os rumos da política externa iraniana representam o que Halliday (2005b) definiu como a influência de interesses burocráticos sobre a inserção internacional.

A eleição de Ahmadinejad representou a ascensão de um representante de posições internacionais ligadas aos grupos opositores de Khatami. Apesar de ele não fazer parte desses cartéis, suas posturas agradaram a esses grupos, que também passaram a ter maior representação no parlamento (ARJOMAND, 2009). A política externa desenvolvida por Ahmadinejad representou o fim do pragmatismo de Rafsanjani e Khatami, estabelecendo uma estratégia internacional ofensiva e ideológica. A redução do espaço para diálogo após o 11 de setembro permitiu a Ahmadinejad utilizar de elementos de confrontação e de orgulho nacional na condução de seu projeto internacional (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007).

Desde seu primeiro ano de mandato, Ahmadinejad adotou um discurso mais incisivo, tratando de temas de forma menos compreensiva do que seus antecessores. O presidente trouxe a questão nuclear, que era tratado pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional do

---

<sup>32</sup> Salman Rushdie (19/7/1947 – Bombaim, Índia) é autor do livro “Versos Satânicos” (1988). O livro foi recebido com forte crítica no Irã, especialmente pelo aiatolá Khomeini, que proferiu uma sentença de morte ao autor do livro, o que resultou no rompimento das relações diplomáticas entre o Irã e o Reino Unido, país de que o autor é cidadão (IHS JANE’S, 2009a).

Irã, para o debate público. Ahmadinejad julgava avanços no programa nuclear necessários para garantir a defesa nacional frente à ameaça estadunidense, tendo em vista a invasão de dois vizinhos (ARJOMAND, 2009). A defesa de uma ordem internacional mais justa e multipolar fez parte do discurso de Ahmadinejad em fóruns multilaterais. Em seus dois últimos discursos na Assembleia Geral da ONU, nas Sessões 66 e 67, em 2011 e 2012, respectivamente, Ahmadinejad questionou a capacidade dos países desenvolvidos de conduzir a política econômica e as questões securitárias mundiais. O presidente iraniano criticou o papel dos países desenvolvidos na criação de conflitos em todas as regiões do mundo e na eclosão de crises econômicas com efeitos especialmente cruéis para o mundo em desenvolvimento (AHMADINEJAD, 2011, AHMADINEJAD, 2012).

A estratégia internacional desenvolvida por Ahmadinejad foi marcada também por fortes controvérsias, que contribuíram para aumentar o isolamento internacional do Irã e justificar críticas e sanções contra o país. Uma das principais controvérsias foi a negação do Holocausto, que, segundo Ahmadinejad, consistia em uma justificativa ocidental para a ocupação do território dos palestinos por um “regime sionista”. Ahmadinejad também chamou atenção para o fato de Israel deter armas nucleares sem que órgãos internacionais como o Conselho de Segurança se ocupem de controlar o programa nuclear israelense. Em seu primeiro discurso à Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 60ª Sessão em 2005, Ahmadinejad atribuiu a esse órgão, enquanto mais inclusivo da ONU, a responsabilidade de controlar o programa nuclear israelense e supervisionar a instauração de uma zona livre de armas nucleares no Oriente Médio (AHMADINEJAD, 2005).

Como em outros assuntos chave do Irã, o líder supremo também tem importante poder decisório na determinação da política externa, embora se mantenha muitas vezes à distância da execução de suas atividades. A Constituição iraniana rejeita qualquer forma de dominação, sendo de responsabilidade tanto do presidente quanto do líder supremo garantir o cumprimento desse princípio (IRAN, 1989). Em seu discurso de abertura da 16ª Cúpula dos Países Não Alinhados em Teerã, Khamenei defendeu a multipolaridade e a revisão da governança global. Ele criticou ainda o atual processo de decisão nos órgãos multilaterais, em especial o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que possui “uma estrutura ilógica, injusta e completamente antidemocrática”<sup>33</sup> (KHAMENEI, 2012, não paginado, tradução nossa).

---

<sup>33</sup> Do original em inglês.

A eleição de Hassan Rouhani em 2013 representou a volta a um perfil mais pragmático de política externa para o Irã. Embora ainda seja cedo para traçar um perfil para a política externa do novo governante, sua plataforma de diálogo está sendo seguida desde sua eleição em agosto. Em seu discurso durante a abertura da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Rouhani tratou dos perigos de “discursos propagandísticos e islamofóbicos, xiita-fóbicos e Irã-fóbicos infundados para a paz mundial e a segurança humana”<sup>34</sup> (ROUHANI, 2013a, não paginado, tradução nossa). Durante a 67ª Sessão, no Encontro de Alto-Nível sobre Desarmamento Nuclear, o presidente Rouhani se pronunciou pela redução dos arsenais nucleares existentes e pela criação de zonas livres de armas nucleares (ROUHANI, 2013b).

A maior abertura para diálogo desenvolvida por Rouhani promoveu novas negociações com o grupo do G5+1<sup>35</sup> com o intuito de resolver as controvérsias do programa nuclear iraniano. Tais conversas, embora tenham sido tidas inicialmente como promissoras, ainda não chegaram a nenhum acordo. Contudo, o desenvolvimento das negociações até hoje mostra diversos pontos de tensão. O ministro de Relações Exteriores da França, Laurent Fabius, se mostrou bastante exigente na formulação das demandas do G5+1, enquanto o Líder supremo iraniano deixou claro que o Irã não renunciará ao seu direito de enriquecer urânio para fins pacíficos. (DREAZEN; HUDSON, 2013). Em 24 de novembro de 2013, os negociadores anunciaram ter chegado a um acordo, em que Teerã aceitou reduzir suas atividades de enriquecimento e permitir maior inspeção, enquanto as potências ocidentais acordaram reduzir as sanções e não impor novas por seis meses. Os avanços devem ser testados nos próximos seis meses, mas terão de enfrentar a resistência israelense e as negociações no Senado estadunidense por mais sanções contra Teerã (DREAZEN, 2013).

#### 4.2.2 O Irã e os grandes atores do sistema internacional

Dada a preponderância estadunidense no sistema internacional, as relações de um país com os Estados Unidos ocupam um importante papel na organização de sua inserção internacional. A política externa iraniana, assim, tem em seu antagonismo com os Estados Unidos um importante aspecto de sua inserção mundial. A posição subserviente dos iranianos ao Ocidente durante o período do xá foi um elemento provocador de descontentamento popular, sendo um dos fatores que levaram os iranianos às ruas durante a Revolução Iraniana.

---

<sup>34</sup> Do original em inglês.

<sup>35</sup> Grupo composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e pela Alemanha, que se incumbiu de negociar o programa nuclear iraniano junto à República Islâmica do Irã.

O apoio estadunidense ao regime de Mohammad Pahlavi foi de extrema importância para a manutenção de seu governo e, assim, um importante fator na determinação da inserção internacional do regime (ABRAHAMIAN, 1982).

Após a revolução, as relações entre EUA e Irã se inverteram, assumindo posições drásticas desde a crise dos reféns da embaixada estadunidense (DABASHI, 2007). A crise da embaixada estadunidense em Teerã refletiu uma mudança na relação entre os dois países que perdurou até o novo milênio. Durante a Guerra Irã-Iraque, os Estados Unidos acabaram por auxiliar ambos os lados do conflito para enfraquecê-los, embora apenas o Iraque tenha recebido apoio oficialmente. O povo iraniano se via como vítima de uma estratégia global que visava a enfraquecer a recém-estabelecida república islâmica, mesmo que isso representasse apoiar um regime que se valia de práticas de guerra condenáveis, como o uso de armas químicas (ARJOMAND, 2009, DABASHI, 2007).

Durante seus esforços de reduzir o isolamento iraniano, Rafsanjani buscou promover um maior diálogo com os Estados Unidos. Contudo, suas intenções não foram bem recebidas nem pelos segmentos mais conservadores e influentes do Irã, nem pelos Estados Unidos. O próprio líder supremo se opunha à estratégia à época, tendo em vista a recente descoberta da estratégia estadunidense de contenção de Irã e Iraque durante a guerra entre os dois países. As iniciativas de Rafsanjani de melhorar as relações do país com o Ocidente foram sendo enfraquecidas pela resistência interna e externa, em um período em que o lobby israelense se mostrou especialmente forte no parlamento estadunidense. Durante a gestão Clinton, o congresso estadunidense aprovou de forma unânime a Lei de Sanções para Irã e Líbia<sup>36</sup>. Os esforços de Rafsanjani para conduzir o conflito entre Israel e o Hezbollah<sup>37</sup> a uma solução mais rápida não foi suficiente para reverter a demonização do Irã (ARJOMAND, 2009).

A chegada ao poder de Khatami, com o discurso pelo diálogo, não foi capaz de acabar com a imagem demonizada pregada por Washington, embora avanços tenham sido testemunhados. Durante os últimos anos da gestão Clinton, os Estados Unidos fizeram algumas importantes alterações no sentido de reduzir sua hostilidade ao Irã, retirando o país da lista de Estados sujeitos a sanções por lidarem com narcóticos e deixando de identificá-lo como o principal financiador de terrorismo (TAZMINI, 2009). Em 2000, os Estados Unidos pareceram dispostos a reconhecer sua culpa na deterioração das relações entre estadunidenses

---

<sup>36</sup> Essa lei estabelecia seu regime de sanções, além de sua campanha para tornar esse regime multilateral, no alegado desenvolvimento de armas de destruição em massa e no apoio a atividades terroristas pelo Irã (UNITED STATES, 1996).

<sup>37</sup> Ver seção 4.2.3.

e iranianos<sup>38</sup> e seguir a orientação de Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, no sentido de aceitar importantes demandas iranianas para retomar o diálogo. Arjomand (2009) atribuiu a falha nesse processo de aproximação ao desejo do líder supremo de ter homens de sua confiança negociando diretamente com os Estados Unidos, tendo assim impedido o ministro de Relações Exteriores iraniano, Kharrazi, de seguir o processo normalmente.

O início da gestão Bush e os atentados de 11 de setembro puseram fim às oportunidades de aproximação entre Irã e Estados Unidos. Embora o Irã tenha apoiado ativamente a Aliança do Norte<sup>39</sup>, a imagem propagada por Bush dos iranianos não foi alterada (TAZMINI, 2009). Em janeiro de 2002, em discurso ao Congresso, o presidente Bush classificou Irã, Iraque e Coreia do Norte como parte do “eixo do mal”, um grupo de países que, segundo ele, ameaçavam a paz mundial, apoiando terrorismo e buscando armas de destruição em massa (BUSH, 2002). Tal classificação impediu o avanço das negociações entre os dois países, algo que ficou ainda mais difícil com a eleição de Ahmadinejad (TAZMINI, 2009).

Ahmadinejad aumentou a tensão entre Teerã e Washington, fazendo fortes críticas aos EUA (AHAMDINEJAD, 2012). O lobby israelense nos Estados Unidos também impediu avanços nas relações entre iranianos e estadunidenses. A pressão de Washington contra o programa nuclear iraniano levou à aprovação de quatro resoluções com sanções ao Irã<sup>40</sup>, estabelecendo um comitê para supervisionar a implementação dessas sanções (UN, 2013). Apesar das críticas recíprocas e das sanções ao Irã, os dois países desenvolveram certa parceria para a estabilização do Iraque, uma vez que dependem mutuamente para alcançar seus objetivos para o país (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). A situação das relações entre Irã e Estados Unidos após a eleição de Rouhani e do restabelecimento do diálogo entre os dois países ainda permanece indefinida.

As relações iranianas com os países europeus se tornaram importantes substitutos a relações com os EUA. As possibilidades comerciais do atrativo e significativo mercado iraniano levaram os europeus a relevar determinadas políticas iranianas para garantir a importação de recursos energéticos e a exportação de seus produtos. Os países europeus adotaram, assim, um padrão de negociação com o Irã mais pragmático e mais conciliatório do que os Estados Unidos. Três países europeus, Alemanha, França e Reino Unido (EU-3),

---

<sup>38</sup> A Secretária de Estado estadunidense, Madeleine Albright reconheceu o envolvimento de seu país no golpe que derrubara Mossadeq (TAZMINI, 2009).

<sup>39</sup> A Aliança do Norte foi a operação responsável por combater o Talibã no Afeganistão em retaliação aos ataques às Torres Gêmeas.

<sup>40</sup> As resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que estabeleceram o regime de sanções à República Islâmica do Irã e o mantiveram foram 1737 (2006), 1747 (2007), 1803 (2008) e 1929 (2010) (UN, 2013).

desempenham importante função na determinação das políticas mundiais para o Irã (IHS JANE'S, 2009a). Apesar de seu tom mais conciliatório, as relações dos países europeus acabaram por seguir os padrões das relações do Irã com o Ocidente, menos intensamente do que Washington (ARJOMAND, 2009, TAZMINI, 2009, EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Em 2006 o EU-3 apoiou a adoção da primeira resolução do Conselho de Segurança impondo sanções ao Irã.

A República Islâmica do Irã se excluiu da lógica da Guerra Fria ao não manter boas relações nem com os Estados Unidos nem com a União Soviética. Teerã passou a melhorar suas relações com a União Soviética a partir do final da década de 1980, quando da adoção de uma política externa mais pragmática (ARJOMAND, 2009). Sua interação com a Rússia se intensificou na década de 1990, quando passou a adquirir armamentos russos, e Moscou se tornou um importante parceiro comercial e fonte de tecnologia para Teerã. Ao mesmo tempo em que Teerã passou a depender dos russos para adquirir armamentos, o Irã se tornou o terceiro maior comprador de armas russas, atrás apenas de China e Índia. Tendo em vista a intenção russa de expandir sua venda de armas, a venda para o Irã se tornou um importante componente dessa estratégia (IHS JANE'S, 2009a).

Com os bons resultados recíprocos no comércio de equipamentos militares entre Moscou e Teerã, a cooperação russo-iraniana se expandiu, englobando aspectos políticos, comerciais e nucleares. Durante o segundo mandato de Khatami, a Rússia renovou contratos de venda de armas, apesar de protestos do Ocidente, e os presidentes dos dois países trocaram visitas (TAZMINI, 2009). Em 1995, os russos se comprometeram a reconstruir o reator iraniano de Bushehr, dando início à sua participação na questão nuclear iraniana (ARJOMAND, 2009). Moscou assumiu um papel cada vez mais importante na negociação das sanções e outras medidas de retaliação ao Irã dentro de instâncias multilaterais, especialmente no CSNU e no G5+1. Em 2005, a Rússia desenvolveu um plano para que o Irã obtivesse sua energia nuclear fornecida pelos russos, estratégia aprovada pelos Estados Unidos e pela Europa, mas recusada pelos iranianos que buscam ter o controle do ciclo nuclear completo (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Embora a diplomacia preventiva de Moscou no sentido de reduzir as penalizações a Teerã seja um fenômeno forte nas negociações na ONU e no G5+1, a Rússia aprovou as quatro resoluções aprovadas no âmbito do CSNU que estabeleceram o regime de sanções ao Irã (UN, 2006, UN, 2007, UN, 2008, UN, 2010).

A República Islâmica do Irã e a República Popular da China mantiveram boas relações desde a Revolução Iraniana. As diferenças ideológicas foram esquecidas em prol da

cordialidade chinesa para com o novo governo, tendo em vista que o xá fora compelido pelos EUA a reconhecer Taiwan (IHS JANE'S, 2009a). Assim, a compra de armamentos chineses pelos iranianos se tornou uma realidade ainda na década de 1980. Além disso, a venda de petróleo iraniano para a China se tornou um importante fator de impulsão das relações entre os dois países. Em 2004, importantes contratos de venda de petróleo e gás iranianos para empresas estatais chinesas foram assinados, confirmando a cooperação entre os dois países no setor energético (TAZMINI, 2009). Pequim também auxiliou Teerã em seu programa nuclear: embora não tenha cumprido sua promessa de fornecer dois reatores nucleares em 1995, a China acompanha a Rússia na diplomacia preventiva a sanções contra o Irã. As relações sino-iranianas se assemelham às russo-iranianas por apresentarem fluxos importantes para ambos os países e por Pequim e Moscou serem vistas por Teerã como importantes aliados para conter o isolamento internacional e o regime de sanções que lhe são impostos (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Contudo, assim como a Rússia, a China também aprovou as quatro resoluções do Conselho de Segurança que impuseram sanções ao Irã (UN, 2006; UN, 2007; UN, 2008; UN, 2010). China e Rússia possuem representantes nas atuais negociações com o Irã, tendo em vista o novo diálogo proposto por Rouhani.

#### 4.2.3 A inserção regional iraniana

A projeção internacional iraniana tem como ponto de partida a região em que se localiza: o Oriente Médio. Os primeiros passos da política externa da República Islâmica após a crise da embaixada estadunidense em Teerã se voltaram para o seu posicionamento na região. A guerra imposta pelo Iraque e a estratégia de expansão revolucionária capitanearam a pauta das relações exteriores iranianas durante a década de 1980. A opção pela exportação da revolução ocupou a pauta do ministro de Assuntos Estrangeiros iraniano, Mir-Hossein Musavi, após a saída de Banisadr em 1981 (ARJOMAND, 2009). A partir dessa estratégia o Irã desenvolveu fortes relações com grupos islâmicos, especialmente xiitas, em muitos países da região. A presente seção irá analisar a relação do Irã com seus vizinhos, focando naqueles que ocuparam uma posição de maior destaque nas políticas desenvolvidas por Teerã: Iraque, Afeganistão, países do CCG, Síria, Líbano, Palestina e Israel, e países da ECO.

Desde a chegada do Talibã ao poder no Afeganistão em 1996, as relações entre Teerã e Cabul se deterioraram (HALLIDAY, 2005b). A ascensão de um grupo sunita wahabita com forte identificação com fortes disputas teológicas com o xiismo gerou tensões entre Irã e Afeganistão. Assim, o Irã apoiou a invasão estadunidense ao Afeganistão e participou das

negociações para o estabelecimento de um novo governo no país, em especial a Conferência de Bonn em 2001, responsável pela criação do governo de transição (TAZMINI, 2009). A derrubada do Talibã trouxe a oportunidade para Teerã desenvolver relações mais cooperativas com Cabul e influenciar no processo de estabilização afegão, buscando enfrentar conjuntamente os problemas fronteiriços de tráficos de drogas e refugiados (IHS JANE'S, 2009a). Contudo, a ocupação estadunidense do Afeganistão e do Iraque representa uma ameaça para o Irã pela hostilidade dos EUA para com Teerã. Em discurso à Assembleia Geral da ONU, Ahmadinejad criticou a permanência de tropas estadunidenses nos dois países, defendendo que o controle pelos cidadãos seja restaurado, uma vez que eles foram vítimas de regimes autoritários criados devido a intervenções externas (AHMADINEJAD, 2005).

Um dos raros casos de continuidade da política externa iraniana após 1979 é o das relações com o Iraque que mantiveram o padrão de hostilidade. Em 1980 deu-se início um sangrento conflito entre Irã e Iraque, iniciado pelo segundo, que contou com apoio internacional e se valeu de práticas de guerra condenáveis (KHAN, 2010). O conflito só foi encerrado depois que Khomeini aceitou a resolução 598 do CSNU, depois de muita resistência (ARJOMAND, 2009). A guerra, que durou oito anos não resolveu os problemas entre os dois países, foi o conflito moderno mais longo e mais mortífero na região (HALLIDAY, 2005b). Quando o Iraque invadiu o Kuwait em 1991, Teerã condenou a invasão e cooperou para a expulsão dos iraquianos (ARJOMAND, 2009).

A invasão estadunidense do Iraque em 2003 criou uma nova situação para as relações entre Teerã e Bagdá. Embora o Irã tenha criticado a invasão e tema a ameaça estadunidense, oportunidades de cooperar com as novas lideranças iraquianas e de influenciar no processo de estabilização política surgiram. A presença de uma maioria xiita no Iraque, anteriormente subjugada aos sunitas pelo regime de Saddam Hussein, foi um importante elemento de tensão entre Teerã e Bagdá. Após a derrubada de Saddam, o controle político no Iraque passou a ser exercido pelo primeiro-ministro; desde 2006, esse cargo é ocupado por Nouri al-Maliki, um xiita. Apesar de as relações comerciais e políticas terem se fortalecido muito desde 2003, alguns novos desafios podem emergir da alteração da política iraquiana; por exemplo, as lideranças xiitas podem disputar a liderança do mundo xiita com os iranianos, e a ascensão de grupos curdos no Iraque pode ter efeitos sobre as demandas dessa minoria no Irã (IHS JANE'S, 2009a).

Os países do Conselho de Cooperação do Golfo encararam a Revolução Iraniana com temor. A proximidade desses países com os Estados Unidos também se põe como um fator de deterioração da interação deles com Teerã. As relações do Irã com as monarquias do Golfo

Pérsico começaram a ser melhoradas a partir da década de 1990, a partir do apoio iraniano contra a invasão iraquiana do Kuwait. A política externa pragmática de Rafsanjani promoveu encontros de alto-nível com os países do CCG, que tiveram um impacto positivo na resolução de tensões na região, embora alguns pontos persistam (ARJOMAND, 2009). Irã e Emirados Árabes Unidos possuem disputas territoriais por três ilhas potencialmente importantes na exploração de petróleo. Contudo, os dois países parecem dispostos a encontrar uma solução pacífica para a disputa (IHS JANE'S, 2009a). A própria nomeação do Golfo Pérsico é tema de disputa entre Teerã e o CCG. Enquanto as monarquias preferem chamá-lo Golfo Árabe, o Irã vê isso como uma afronta ao multiculturalismo iraniano e se recusa a aceitar a mudança do nome do golfo, que demonstraria uma perda de poder na esfera regional (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007).

A rivalidade comum com o Iraque, aproximou Irã e Síria, apesar da hostilidade à época do xá, sendo sua aliança construída durante a década de 1980. Ao cooperarem, os dois países aumentaram seu poder na região, ganhando mais espaço para negociar seus interesses. Essa interação produziu efeitos para outros países, em especial para o Líbano. O grupo libanês Hezbollah<sup>41</sup> passou a ser apoiado e auxiliado pelo eixo Teerã-Damasco. O grupo tem um importante papel na política libanesa e no combate à expansão de Israel, tendo sido capaz de resistir aos avanços israelenses sobre o território libanês (GOODARZI, 2006). O Hezbollah ocupa um importante papel na política externa iraniana para o Oriente Médio, sendo utilizado na guerra por procuração<sup>42</sup> entre Irã e Israel (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). A atual situação na Síria não abalou a cooperação entre Teerã e Damasco, tendo o Irã defendido a posição do governo sírio e criticado a ameaça de intervenção externa. Em discurso à AGNU, Rouhani parabenizou os esforços para acabar com as armas químicas no país, mas afirmou que a solução para o conflito não deve envolver mais militarização (ROUHANI, 2013a).

A República Islâmica do Irã assumiu a luta pela causa palestina como parte de sua política externa. As presidências de Rafsanjani e Khatami foram marcadas pelo apoio à causa palestina e à solução de dois Estados. Contudo, a eleição de Ahmadinejad deu um novo tom ao discurso iraniano, que passou a rejeitar a solução de dois Estados, condenando o Ocidente por apoiar um regime que subjugou os palestinos e defendendo a criação de um Estado palestino (AHMADINEJAD, 2005). Em discurso durante reunião dos Países Não Alinhados,

---

<sup>41</sup> “Partido de Deus” é um importante grupo político e paramilitar libanês. É acusado de terrorismo por países ocidentais e por Israel, enquanto suas vitórias militares contra Israel são comemoradas pelos árabes (EL-HUSSEINI, 2012).

<sup>42</sup> Guerra por procuração, ou Guerra *Proxy*, consiste em conflitos provocados e financiados por atores que não estão diretamente envolvidos no conflito em questão (OXFORD DICTIONARIES, 2013).

Khamenei defendeu a causa dos palestinos que lutam contra a ocupação e a opressão israelense, sendo classificados como “terroristas”, enquanto o Estado promove conflitos armados, mata cidadãos e ocupa territórios árabes sem sofrer nenhuma punição por isso (KHAMENEI, 2012). Desde a década de 1990, Teerã vem apoiando política e militarmente o grupo palestino Hamas. O Hamas e o Hezbollah são importantes contrapontos ao militarismo israelense na defesa da causa palestina e árabe (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Ao mesmo tempo, Israel condena o programa nuclear iraniano e conta com o apoio estadunidense, possuindo uma forte bancada a favor no Congresso dos EUA (IHS JANE’S, 2009a).

Além do Oriente Médio, o Irã busca, principalmente desde o governo de Rafsanjani, manter boas relações com seus vizinhos da Ásia Central (ARJOMAND, 2009). Tais esforços de cooperação foram acentuados com a criação da Organização de Cooperação Econômica<sup>43</sup>. Apesar de ter sido criada em 1985 por Irã, Paquistão e Turquia, a ECO só atingiu seu atual status para a política externa iraniana a partir de 1992, quando da adesão de seus outros sete membros. A organização aparece como um importante espaço de projeção internacional do Irã, que busca cooperar com esses países em diversos setores, entre eles a produção de energia, a criação de infraestrutura e conciliação de políticas econômicas e comerciais, entre outros (ECO, 2013).

#### 4.2.4 O programa nuclear iraniano

Saira Khan (2010) em seu estudo sobre o programa nuclear iraniano atribui a suposta busca por armas nucleares pelo Irã à sua sensação de insegurança e às diferentes ameaças percebidas pelos formuladores de política no país. Antes de se analisar a evolução da questão nuclear da República Islâmica do Irã, é necessário que se tenha em mente que o programa nuclear iraniano remonta à época do xá. Mohammad Pahlavi, buscando modernizar o país, buscou desenvolver usinas nucleares, tendo contado com apoio estadunidense e europeu para tanto. As finalidades do programa nuclear declaradas à época do xá eram somente civis, justificando a transferência de tecnologia ocidental. Contudo, o Irã se mostrava reticente quanto a aceitar todos os mecanismos internacionais de controle. Seu programa nuclear desenvolveu capacidades que poderiam atingir objetivos tanto civis, quanto militares. Os EUA passaram a demonstrar desconfiança quanto às reais intencionalidades do xá para com

---

<sup>43</sup> Criada pelo Tratado de Izmir de 1977, conta atualmente com dez membros: Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Irã, Paquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Turquia, e Uzbequistão. Sua sede é em Teerã (ECO, 2013).

seu projeto nuclear; porém, mantiveram seu apoio ao projeto até as vésperas da Revolução Iraniana. Khan (2010) acredita que a principal motivação do xá para desenvolver armas nucleares era a histórica inimizade com o vizinho Iraque, que se tornava uma grande ameaça, uma vez que também buscava desenvolver capacidades nucleares.

A República Islâmica do Irã herdou, assim, de seu período monárquico dois reatores em construção em Bushehr. Contudo, Khomeini não deu continuidade imediatamente ao programa nuclear, e a guerra com o Iraque danificou parte dos equipamentos dos reatores. Após a Guerra Irã-Iraque, o programa nuclear voltou a ser desenvolvido pelo Conselho Supremo de Segurança Nacional, sob o controle do líder supremo. Devido ao isolamento internacional imposto aos iranianos, buscou-se o apoio de Rússia, China, Coreia do Norte, Paquistão, entre outros, para a obtenção do ciclo nuclear completo. A ameaça constante de sanções levou boa parte do programa a ser desenvolvida em sigilo (ARJOMAND, 2009, KHAN, 2010). Contudo, o país não se retirou do sistema do TNP, tendo, inclusive, assinado o Protocolo Adicional ao TNP<sup>44</sup>, apesar de ser acusado de estar desenvolvendo armas nucleares e de, portanto, estar descumprindo com tais compromissos (IAEA, 2013).

Durante os governos de Rafsanjani e Khatami, o desenvolvimento do programa nuclear se manteve na esfera de poder do líder supremo, mas a política externa desses dois governos teve de lidar com as acusações externas. Eles conduziram políticas de conciliação com o Ocidente, negociando especialmente com o grupo EU-3 que se mostrava mais conciliatório do que os EUA. Durante o segundo mandato de Khatami, o Protocolo Adicional ao TNP foi assinado, e a Agência Internacional de Energia Atômica recebeu autorização para supervisionar o programa nuclear iraniano (TAZMINI, 2009). As negociações com os países europeus levaram à criação do Acordo de Paris, que previa maiores direitos de inspeção pela AIEA e concessões aos iranianos como auxílio no enriquecimento de urânio, apoio à entrada do país na OMC e a atribuição de status de terrorista ao grupo Mojahedin-e Khalq<sup>45</sup>. Tal avanço foi impedido pela administração Bush, que adotou uma política mais ofensiva com relação ao programa nuclear iraniano (ARJOMAND, 2009).

A percepção dos presidentes Rafsanjani e Khatami se assemelha à de Ahmadinejad no que diz respeito ao direito e à necessidade de a República Islâmica de desenvolver seu programa nuclear. Contudo, Ahmadinejad abordou o tema de forma mais incisiva e levou as

---

<sup>44</sup> O Protocolo Adicional ao Acordo de Salvaguardas da AIEA visa a garantir mais direitos de vistoria das facilidades nucleares dos países signatários do TNP à agência. Assim, a AIEA terá maior controle sobre os objetivos dos programas nucleares (PATTI, 2010).

<sup>45</sup> Mojahedin-e Khalq é um grupo islâmico radical, oposto à República Islâmica do Irã, tendo sido responsável por ataques ao governo, assassinato de clérigos e escândalos para enfraquecer a legitimidade do governo iraniano. O grupo tem a maior parte de seus líderes exilados (ARJOMAND, 2009).

tensões da questão nuclear iraniana a um novo patamar. Em seus discursos às Nações Unidas, Ahmadinejad criticou a postura das potências nucleares de não se desfazerem de suas armas nucleares, questionou sua legitimidade de controlar a não proliferação, se referindo especialmente ao desenvolvimento de armas nucleares em Israel sem que nenhuma medida para impedi-lo tenha sido tomada (AHMADINEJAD, 2011, AHMADINEJAD, 2012). Khamenei, Rouhani e seus antecessores sempre afirmaram que o programa nuclear iraniano se resume a fins civis. Khamenei chegou a afirmar que o desenvolvimento de armas nucleares não seria permitido pelo Islã (ARJOMAND, 2009). O líder supremo afirmou que o Irã se pauta pela máxima “energia nuclear para todos e armas nucleares para ninguém”<sup>46</sup> (KHAMENEI, 2012, não paginado, tradução nossa).

A cooperação desenvolvida pelos iranianos com russos, chineses e norte-coreanos para a aquisição e desenvolvimento de armamentos, em especial de mísseis, levou o Ocidente a desconfiar das reais intenções do programa nuclear iraniano. Khan (2010) percebe que as motivações iranianas para desenvolver um programa nuclear são, desde a Revolução, três países tidos como potenciais conflitos: Iraque, Estados Unidos e Israel. O Iraque é tido como uma ameaça para o Irã desde antes da República Islâmica, mas desde 2003 deixou de representar um perigo direto devido à invasão estadunidense. Os EUA são uma importante ameaça à segurança iraniana, em especial depois de terem invadido dois países vizinhos, além de ser a única potência nuclear a ter empregado armas nucleares. Por fim, Israel, uma potência nuclear opaca<sup>47</sup> que se empenha em impedir que outros países no Oriente Médio desenvolvam programas nucleares<sup>48</sup>, representa outra ameaça aos iranianos, se aliando aos EUA nas críticas ao programa nuclear iraniano.

A invasão do Iraque, justificada pelo suposto desenvolvimento de armas nucleares pelo regime de Hussein, sinalizou ao Irã que a ameaça estadunidense era real, e que estratégias de defesa para conter essa ameaça eram necessárias (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). Contudo, é necessário que se reflita acerca das repercussões que o desenvolvimento de armas nucleares pelo Irã provocaria. Kenneth Waltz (2012) afirma que, ao contrário do que é normalmente veiculado, o governo iraniano não é controlado por “mulás loucos”, mas por aiatolás racionais que buscam a sua própria sobrevivência. Assim, críticas e temores recorrentes caem por terra quando se analisam os comportamentos de outras potências nucleares, em especial aquelas

---

<sup>46</sup> Do original em inglês.

<sup>47</sup> O termo é utilizado para se referir a Israel por deter armas nucleares não declaradas. Israel possui armas nucleares desde a década de 1960, tendo contado com apoio estadunidense e europeu para desenvolvê-las. O país não assinou o TNP (KHAN, 2010, IAEA, 2013).

<sup>48</sup> Israel já atacou usinas nucleares iraquianas e sírias (WALTZ, 2012).

que também sofreram críticas durante o desenvolvimento de seus programas nucleares, como Índia, Paquistão e Coreia do Norte. Waltz (2012) desacredita as hipóteses de que o governo iraniano venha a atacar nuclearmente outros países ou que venha a ceder armamentos nucleares a grupos terroristas. A principal consequência que o programa nuclear iraniano, seja civil ou militar, teria seria o balanceamento da hegemonia nuclear israelense na região, algo que reduziria as tensões entre os dois países, como ocorreu entre Índia e Paquistão<sup>49</sup>.

### 4.3 As relações entre Arábia Saudita e Irã

Durante o regime do xá, Irã e Arábia Saudita mantinham boas relações diplomáticas, tendo em vista suas semelhantes condições e posições. Sendo ambos aliados dos Estados Unidos e dependentes de Washington para garantir sua segurança e estabilidade. Seu interesse comum na estabilização da região, contra ameaças republicanas, tornava suas posições regionais semelhantes e cooperativas. Contudo, com a Revolução Iraniana, a situação das relações entre Riad e Teerã se deteriorou incrivelmente. Os sauditas não só perderam um aliado, como também viram surgir uma nova ameaça à estabilidade regional. O Irã, com sua política de exportação da revolução, especialmente através de grupos xiitas em diversos países do Oriente Médio, inclusive na Arábia Saudita, ameaçou a situação de Riad. Assim, quando da eclosão da Guerra Irã-Iraque, Riad relevou seu antagonismo com Bagdá para auxiliar os iraquianos a combater os iranianos (HALLIDAY, 2005b, FERABOLLI, 2009).

Além de uma ameaça para a estabilidade regional, a República Islâmica do Irã passou a representar um desafio às posições internacionais sauditas em suas duas principais áreas de atuação: seu papel no mundo islâmico e seu poder no mercado de petróleo. Khomeini costumava acusar os monarcas sauditas de serem “marionetes do Ocidente” e “traidores da causa de proteger os santuários”<sup>50</sup> (AARTS; DUIJNE, [2010], p. 62, tradução nossa). Ao afirmar sua identidade islâmica, especialmente xiita, Teerã passou a se propor como um defensor do mundo islâmico e, assim, a desafiar o papel saudita na defesa da causa muçulmana. Os iranianos passaram a questionar a legitimidade do controle saudita das cidades sagradas. Durante a década de 1980, muitos iranianos passaram a utilizar a peregrinação para promover os ideais da república islâmica, e, em 1986, protestos de

---

<sup>49</sup> Desde o desenvolvimento de armas nucleares nos dois países (a Índia testou sua primeira bomba em 1974, e o Paquistão, em 1998), as tensões entre Índia e Paquistão caíram vertiginosamente. Essa queda pode ser explicada pelo temor para com as consequências da escalada do conflito. O desenvolvimento de armas nucleares levou indianos e paquistaneses a buscar estratégias para não utilizar tais armamentos (WALTZ, 2012).

<sup>50</sup> Do original em inglês.

peregrinos iranianos resultaram em repressão pelas autoridades sauditas e na morte de 400 iranianos (ARJOMAND, 2009). Contudo, o evento foi encarado pelo mundo islâmico como de responsabilidade de Teerã (LONG; MAISEL, 2010). Na questão petrolífera, os iranianos passaram a desafiar as políticas de preço desenvolvidas pelos sauditas, que eram vistos como subservientes aos interesses ocidentais. Teerã contestou a primazia saudita na definição das políticas da OPEP (IHS JANE'S, 2009a). Riad e Teerã disputam por influência não só no Oriente Médio, mas também na Ásia Central e na África, zonas em que os dois países buscam se inserir.

Após a morte de 400 peregrinos iranianos na peregrinação de 1986, Riad e Teerã romperam relações diplomáticas. Contudo, a ascensão de políticos pragmáticos à presidência iraniana modificou a situação. A partir de Rafsanjani, e especialmente de Khatami, os dois países se aproximaram, sendo restabelecidas relações diplomáticas entre os dois países (ARJOMAND, 2009). A aproximação é atribuída por Aarts e Duijne ([2010]) à necessidade de ambas as partes de buscar um maior pragmatismo em sua relação bilateral. A oposição de ambos os países à invasão iraquiana do Kuwait mostrou a cooperação entre eles, que estabeleceram Saddam Hussein como um inimigo comum. Contudo, alguns obstáculos persistiram contra maiores avanços nas relações entre os dois países, como as visões antagônicas para com os EUA, que consolidaram sua presença na região.

A partir da presidência de Ahmadinejad, as relações entre Teerã e Riad presenciaram um distanciamento baseado na desconfiança mútua, embora o pragmatismo tenha se mantido em certos aspectos de cooperação entre os dois países (EHTESHAMI; ZWEIRI, 2007). A estabilização do Iraque após a invasão estadunidense envolveu iranianos e sauditas, que tinham interesses distintos e, assim, disputaram influência nos rumos do país. Além disso, os sauditas desconfiam do apoio dado por Teerã a grupos armados árabes, como o Hezbollah e o Hamas. Embora ambos defendam a causa palestina e tenham concordado em propostas de paz para o conflito árabe-israelense, as posições de Riad e Teerã variam em intensidade. O antagonismo iraniano à presença estadunidense é um dos pontos mais tensos das relações entre Irã e Arábia Saudita (IHS JANE'S, 2009b). O programa nuclear iraniano é visto com receio pelos sauditas, que temem que isso possa intensificar a militarização e aumentar a instabilidade da região. Contudo, ao contrário de Tel Aviv, Riad não acredita que Teerã venha a usar armas nucleares contra seus inimigos regionais (LONG; MAISEL, 2010).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos dois casos escolhidos, Arábia Saudita e Irã, permite uma compreensão da dinâmica internacional do Oriente Médio, principalmente no que se refere à política dos Estados Unidos para a região. As políticas desenvolvidas pelos dois países e os resultados obtidos, sejam eles causados por capacidades dos Estados ou por constrangimentos externos, são vitais para o desenvolvimento do sistema regional do Oriente Médio. Para melhor entender essa relação e o papel desses dois países no sistema internacional, serão apresentadas a seguir as principais semelhanças e diferenças entre as duas inserções internacionais.

Como apontado anteriormente, Arábia Saudita e Irã possuem um papel de destaque na dinâmica regional do Oriente Médio. Os dois países foram responsáveis por capitanear movimentos regionais importantes, tendo posições fortes com relação às principais tensões e aos principais eventos desenvolvidos na região. O Irã, especialmente seu programa nuclear e seu apoio a grupos no Líbano e na Palestina, é tema de fóruns internacionais, destacadamente devido à hostilidade estadunidense para com sua estratégia internacional. Além disso, Teerã projeta sua influência por toda a região, inclusive para fora dela, buscando, desde a década de 1990, melhorar suas relações com seus vizinhos, tornando sua política externa mais pragmática. Enquanto isso, a Arábia Saudita consolidou sua área de influência no Conselho de Cooperação do Golfo, se destacando no movimento pan-árabe com um projeto mais modesto de integração.

A estratégia de inserção de Riad e Teerã para o Oriente Médio coloca os dois países em uma situação de disputa por influência na região. A disputa por poder entre Arábia Saudita e Irã não se restringe à esfera regional, competindo pela liderança do mundo islâmico e por influência em outras regiões, especialmente na Ásia Central e na África. Os dois países possuem estratégias próprias para conquistar mais espaço em suas áreas de inserção, tendo as vertentes de islamismo que os dois governos seguem ocupado um papel importante na organização de suas estratégias. Como mencionado anteriormente, os iranianos apoiam grupos xiitas em outros países, enquanto os sauditas exportam seu modelo de educação wahabita para diversos povos muçulmanos. Apesar de disputarem a liderança do mundo islâmico, ambos os países se colocam como importantes defensores de todos os povos muçulmanos. Contudo, a disputa já teve consequências negativas para o movimento como um todo, como foi o caso dos rebeldes peregrinos em 1986, evento que resultou na morte de rebeldes por tropas sauditas.

Uma última importante semelhança na inserção internacional dos dois países é a questão petrolífera. Segundo Halliday (2005b), eles foram os maiores produtores de petróleo em 2000, sendo a Arábia Saudita o país com as maiores reservas de petróleo do mundo. Assim, ambos se vinculam à dinâmica do mercado de petróleo, sendo importantes determinadores dos rumos desse mercado e dependendo fortemente de seus resultados. Contudo, também nesse aspecto os dois países seguem políticas diferentes. Enquanto a Arábia Saudita se pauta por acordos com os EUA e potências europeias para manter o mercado estável, o Irã busca atender aos objetivos de sua política econômica, se recusando a seguir determinados padrões apenas para satisfazer ao Ocidente.

Apesar das semelhanças nas regiões para projeção internacional que Arábia Saudita e Irã apresentam, são suas diferenças que têm um peso maior na definição de seu espaço no sistema internacional. A diferença que provavelmente tem a maior repercussão nesse sentido é o estado das relações desses países com os Estados Unidos. Enquanto a Arábia Saudita se coloca como um importante aliado de Washington na região, o Irã é o principal alvo de críticas do governo estadunidense no Oriente Médio, sendo também contrário a muitas das políticas dos EUA. Contudo, a relação de Riad e Teerã com Washington não podem ser interpretadas de forma reducionista.

Embora a Arábia Saudita seja um grande aliado dos Estados Unidos, as relações entre os dois países testemunharam certo distanciamento recentemente, sendo reflexo disso a recente recusa saudita a um assento rotativo no CSNU. Riad busca manter certa autonomia, se opondo ao apoio estadunidense a Israel, mesmo que a cooperação com os EUA seja muito grande em outros aspectos, especialmente no mercado de petróleo. Enquanto isso, o Irã, embora crítico das políticas imperialistas dos Estados Unidos para com o Oriente Médio e da aliança entre Washington e Tel Aviv, buscou diversas vezes acabar com as hostilidades entre iranianos e estadunidenses, especialmente no governo de Khatami e desde a eleição de Rouhani. Contudo, as tentativas de aproximação iraniana não foram muito bem recebidas por Washington, que conduziu negociações de forma desconfiada e impositiva, posições que podem em parte ser interpretadas como reflexo do forte lobby israelense nos Estados Unidos.

A posição estadunidense para com Arábia Saudita e Irã tem um grande peso para as oportunidades de inserção internacional dos dois países. Desde a crise dos reféns da embaixada estadunidense em Teerã, o Irã passou a ser isolado do resto do mundo, principalmente do Ocidente. Teerã desenvolveu, assim, uma política nacionalista, como uma reação à hostilidade e às críticas externas. Suas políticas, que visam a fortalecer o Estado frente às ameaças regionais e extrarregionais, são interpretadas como estratégias ofensivas,

sem que os analistas que interpretam dessa forma sequer verifiquem a real situação do país. Esses mesmos analistas criticam o sistema político iraniano sem reconhecer os avanços permitidos pela república islâmica se comparada ao período monárquico ou aos demais países da região. Enquanto isso, a Arábia Saudita, um país extremamente autoritário e centralizado, é alvo de poucas críticas por esses mesmos analistas. Suas boas relações com os Estados Unidos têm um papel fundamental para que Riad não sofra retaliações por estar muito aquém dos ideais democráticos ocidentais.

O sistema político iraniano, embora não seja completamente democrático, avançou muito no sentido de melhor representar as vontades populares após a revolução iraniana. Teerã testemunhou intensas mudanças quando da troca de presidentes tanto em política interna quanto externa. As eleições para a presidência, embora sejam fortemente influenciadas pelo Conselho de Guardiães, que tem de aprovar as candidaturas, demonstraram seguir a vontade popular, tendo em vista a eleição de candidatos extremamente diferentes a cada pleito, inclusive candidatos não apoiados pelo líder supremo. Os iranianos têm liberdade para se reunir em partidos e organizações políticas, que possuem uma gama bastante variada de posições políticas, porém, certas opiniões continuam sendo impedidas de ser expressas. O Parlamento iraniano, além de realmente ter o poder de legislar, possui assentos reservados para as minorias religiosas reconhecidas pela Constituição: zoroastrianos, judeus e cristãos (armênios e assírios), embora outras minorias existam e não sejam representadas. Apesar de deterem poderes acima dos postos eleitos diretamente por voto popular, o líder supremo e o Conselho de Guardiões têm sua escolha definida por órgãos eleitos popularmente, Assembleia de Peritos e a Assembleia Consultiva, respectivamente. Embora o sistema político iraniano não siga os padrões ocidentais de democracia, uma análise da situação política do país permite ver seus avanços no sentido de representar a população iraniana.

Ao contrário do Irã, o sistema político da Arábia Saudita não permite aos eleitores qualquer forma efetiva de representação, sendo apenas metade dos postos em câmaras municipais eleita popularmente. Os demais cargos de importância para a determinação dos rumos do país são escolhidos pelo monarca ou pela família Saud, sendo que boa parte desses postos acaba por ser concedida a membros da própria família Saud. Os sauditas não podem se organizar em partidos políticos, inexistindo espaço para que eles possam buscar representação. O *Majlis* saudita não possui o poder de legislar, servindo apenas de órgão de consulta para o rei em seu processo de tomada de decisão. O monarca saudita concentra os poderes do Estado, tendo apenas de agradar aos demais membros de sua família e aos chefes de alguns grupos importantes dentro da estrutura política saudita. O único caso de

afastamento de um rei foi provocado por disputas intrafamiliares, sem que a população tivesse qualquer papel para a decisão por esse afastamento.

O programa nuclear iraniano é o centro das críticas ao Estado iraniano. Contudo, as críticas parecem exageradas quando se considera o fato de o país ser signatário do TNP e de, mesmo durante o governo de Ahmadinejad, marcado por controvérsias, jamais ter declarado buscar armas nucleares. O líder supremo, principal tomador de decisão política no país, já se posicionou repetidamente contra a criação de armas nucleares no país, clamando pela criação de uma zona livre delas no Oriente Médio. Contudo, as críticas persistem, e as negociações são marcadas por fortes imposições sobre o desenvolvimento de energia nuclear no país como condição ocidental para o fim do regime de sanções. A animosidade das relações entre Irã e Estados Unidos, fomentada especialmente por Israel, que teme perder sua hegemonia nuclear na região, é o principal fator provocador da intensidade dessas críticas.

Ao mesmo tempo em que o programa nuclear iraniano é alvo de críticas ferrenhas do Ocidente, os dois importantes aliados dos Estados Unidos na região não são questionados acerca de suas intenções de desenvolver programas nucleares. Israel, país não signatário do TNP, desenvolveu armas nucleares na década de 1960 e nenhuma crítica ou sanção lhe é imposta. A Arábia Saudita já anunciou suas intenções de desenvolver energia nuclear, e os analistas ocidentais não se preocuparam com o fato de o país seguir os rumos determinados por apenas um indivíduo que centraliza o poder. Assim, a comparação dos três casos com relação à questão nuclear deixa claro que boas relações com os Estados Unidos, não a assinatura do TNP ou a forma do sistema político do país, são a principal variável para garantir ao Estado o direito de desenvolver um programa nuclear. Ainda, o cientista político estadunidense, Kenneth Waltz (2012), em artigo à revista *Foreign Affairs* defendeu o direito dos iranianos de desenvolver um programa nuclear para contrabalancearem o poderio nuclear israelense, mesmo que as intenções declaradas por Teerã se resumam a fins pacíficos.

A posição de Irã e Arábia Saudita para com a questão palestina e para com o Estado de Israel converge na defesa dos direitos dos palestinos e na crítica aos israelenses. Contudo, a intensidade e as formas da crítica assumem tons diferentes. Irã e Israel desenvolveram uma hostilidade mútua intensa, sendo a confrontação recíproca. Teerã sempre foi vocalmente oposta à cessão do território palestino à criação do Estado de Israel. Contudo, os pragmáticos Khatami e Rafsanjani se mostraram mais próximos a aceitar a solução de dois Estados para a questão, solução essa abandonada por Ahmadinejad. A posição iraniana para com Israel agrava as hostilidades entre Teerã e Washington, uma vez que o apoio estadunidense a Tel Aviv é condenado pelos iranianos. Enquanto isso, Israel é um importante fomentador das

críticas e sanções ao Irã, sendo esse talvez a maior ameaça a Tel Aviv na região, tendo em vista a aliança de muitos países com os EUA e o enfraquecimento de Síria, Líbia e Iraque no início do século XXI.

A defesa dos direitos palestinos por Riad assume um caráter mais diplomático, baseada principalmente na proposição de acordos de paz, que, embora sejam bem recebidos entre os países árabes, são rejeitados por Israel. A questão da Palestina e a crítica saudita ao Estado de Israel são um ponto de tensão para a aliança Riad-Washington, embora não impeçam os dois países de continuar aliados. Em certa medida, presencia-se uma competição entre Arábia Saudita e Israel pelo apoio estadunidense, embora os EUA tenham conseguido manter suas posições para a região sem ter de deixar as boas relações com nenhum dos dois. Riad, a partir do dinheiro do petróleo, vem desenvolvendo uma estratégia de apoio a grupos islâmicos e árabes através de investimento que em parte é direcionada a palestinos, fortalecendo de certa forma a causa.

As diferenças apontadas anteriormente são causa e consequência da grande diferença nas políticas externas de Arábia Saudita e Irã. Apesar de algumas características base semelhantes, tais como a busca por liderança no mundo islâmico e no Oriente Médio, a proeminência no mercado de petróleo e a busca por expandir sua influência para outras regiões como a África e a Ásia Central, os dois possuem perfis de política externa bastante distintos. Enquanto Riad se coloca como um poder conservador no Oriente Médio, visando a manter o status quo intacto, Teerã desenvolve uma política externa ativa e contestadora das assimetrias do sistema internacional.

O Irã, que é constantemente isolado pelos Estados Unidos, busca diversificar suas parcerias, desenvolvendo uma zona de influência além do Oriente Médio, desenvolvendo fortes relações com outras áreas, especialmente a Ásia Central, cujos países fazem parte da ECO, organização criada por Irã, Paquistão e Turquia. Teerã desenvolve relações de cooperação com grupos islâmicos em outros países, não se restringindo a grupos xiitas. Dois exemplos importantes dessa cooperação são o Hamas e o Hezbollah, importantes atores nas tensões entre Irã e Israel. Enquanto isso, a Arábia Saudita, que também busca aumentar sua influência, foca principalmente na manutenção da estabilidade regional, que é vista como fundamental para a resiliência de seu sistema político. Seus principais aliados têm o mesmo foco na estabilidade e também são aliados dos Estados Unidos, cujos interesses são muitas vezes defendidos por Riad, embora essa busque manter sua autonomia.

A partir dos elementos expostos acima, pode-se perceber as principais diferenças e semelhanças nos dois casos observados. O estudo mais aprofundado dos dois países permite

descobrir uma realidade bastante diferente da exposta habitualmente, impregnada de preconceitos, que são muitas vezes difundidos para manter certas situações internacionais. A República Islâmica do Irã, com um sistema político complexo e representativo e uma política externa ativa e contestadora, é isolada internacionalmente. Esse isolamento é provocado principalmente pelos Estados Unidos, incentivados por Israel, apesar dos esforços iranianos de promover negociações para acabar com as hostilidades. Enquanto isso, o Reino da Arábia Saudita, com um sistema político centralizado e muito autoritário e uma política externa conservadora, consegue manter suas políticas fora de questionamento internacional. Sua aliança com os Estados Unidos é em boa parte responsável por manter o reino fora das atenções dos grandes críticos do regime iraniano.

## REFERÊNCIAS

AARTS, P.; DUIJNE, J. v. Saudi Arabia and Iran: Less Antagonism, More Pragmatism. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p.62-64.

ABRAHAMIAN, E. *Iran: Between Two Revolutions*. Princeton: Princeton University Press, 1982.

AHMADINEJAD, M. *Statement by H.E. Dr. Mahmood Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran at the High-level Plenary Meeting of the General Assembly*. Nova Iorque, 2010. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2010/09/21/21-september-2010/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Address by H.E. Dr. Mahmood Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran at the Sixtieth Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2005. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2005/09/14/14-september-2005/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Address by H.E. Dr. Mahmoud Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran Before the Sixty Second Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2007. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2007/09/25/25-september-2007/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Address by H.E. Dr. Mahmoud Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran Before the 64<sup>th</sup> Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2009. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2009/10/23/23-september-2009/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Address by H.E. Dr. Mahmoud Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran before the 66th Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2011. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2011/09/23/23-september-2011/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Address by H.E. Dr. Mahmoud Ahmadinejad President of the Islamic Republic of Iran Before the 67th Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2012. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2012/09/26/26-september-2012/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

AL ARABIYA NEWS. *Saudi Arabia officially rejects U.N. Security Council seat*. Dubai, 2013. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/News/middle-east/2013/11/13/Saudi->

Arabia-officially-rejects-U-N-Security-Council-seat.html?utm\_source=Sailthru&utm\_medium=email&utm\_term=%2AMideast%20Brief&utm\_campaign=Mideast%20Brief%2011-13-2013>. Acesso em: 23 nov. 2013.

ALHAJJI, A. F.; HUETTNER, D. OPEC and World Crude Oil Markets from 1973 to 1994: Cartel, Oligopoly, or Competitive? *The Energy Journal*. n. 3. p. 31-60. 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41322890>>. Acesso em: 25 out. 2013.

AL-RASHEED, M. *Contesting the Saudi State: Islamic Voices from a New Generation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ARJOMAND, S. A. *After Khomeini: Iran Under His Successors*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.

BANG, P. F.; BAILY, C. A. Tributary Empires – Towards a Global and Comparative History. In: \_\_\_\_\_. *Tributary Empires in Global History*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011. p. 1-17.

BEBLAWI, H. The Rentier State in the Arab World. In: BEBLAWI, Hazem; LUCIANI, Giacomo. *The Rentier State*. London: Croom Helm, 1987. p. 49-62.

BRADLEY, J. R. *Saudi Arabia Exposed: Inside a Kingdom in Crisis*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2005.

BRONSON, R. The United States and Saudi Arabia: Challenges Ahead. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p. 82-85.

BROOKER, P. *Non-Democratic Regimes*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.

BUSH, G. W. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*. Washington, 2002. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=29644#axzz2iMqCkrxU>>. Acesso em: 21 out. 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). *The World Factbook: Saudi Arabia*. McLean, 2013. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sa.html>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

DABASHI, H. *Iran: a people interrupted*. Nova Iorque: The New Press, 2007.

DREAZEN, Y. Deal Reached to Halt Iran's Nuclear Program. *Foreign Policy*. Washington, 2013. Disponível em: <[http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/11/24/deal\\_reached\\_to\\_halt\\_irans\\_nuclear\\_program](http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/11/24/deal_reached_to_halt_irans_nuclear_program)>. Acesso em: 24 nov. 2013.

DREAZEN, Y.; HUDSON, J. Iran On The Rocks As Two Sides Needle Each Other. *Foreign Policy*. Washington, 2013. Disponível em: <[http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/11/21/iran?utm\\_source=Sailthru&utm\\_medium=email&utm\\_term=%2AMorning%20Brief&utm\\_campaign=MB%2011.22.13](http://thecable.foreignpolicy.com/posts/2013/11/21/iran?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=%2AMorning%20Brief&utm_campaign=MB%2011.22.13)>. Acesso em: 23 nov. 2013.

ECONOMIC COOPERATION ORGANIZATION (ECO). *Brief Introduction*. 2013. Disponível em: <<http://www.ecosecretariat.org>>. Acesso em: 24 out. 2013.

EHTESHAMI, A.; ZWEIRI, M. *Iran and the Rise of its Neoconservatives: The Politics of Tehran's Silent Revolution*. London: I.B. Tauris & Co. Ltd., 2007.

EL-HUSSEINI, R. Hizbullah and regional non-state actors. In: SHEHATA, S. *Islamist Politics in the Middle East: Movements and Change*. Oxon: Routledge, 2012. p. 166-182.

ERDMANN, G.; ENGEL, U. Neopatrimonialism Revisited. Beyond a Catch-All Concept. *GIGA-Working Papers*, n. 16 Feb. Hamburgo, 2006.

FERABOLLI, S. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista*. Curitiba: Juruá, 2009.

GAUSE III, F. G. Saudi-American Relations. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p.75-77.

\_\_\_\_\_. Saudi Arabia in the New Middle East. *Council Special Report*. n.63. Dec. Nova Iorque: Council on Foreign Relations, 2011. Disponível em: <<http://www.cfr.org/saudi-arabia/saudi-arabia-new-middle-east/p26663>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

GEOGRAPHIC GUIDE. *Map of the Middle East – Asia*. Curitiba, [2013?]. Disponível em: <<http://www.geographicguide.net/asia/middleeast.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

GOODARZI, J. M. *Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East*. Londres: Tauris Academic Studies, 2006.

GULF COOPERATION COUNCIL (GCC). *GCC Member States*. Riad, 2012. Disponível em: <<http://www.gcc-sg.org/eng/indexc64c.html?action=GCC>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

HALLIDAY, F. *100 Myths About the Middle East*. London: Saqi Books, 2005a.

\_\_\_\_\_. *Arabia without Sultans*. London: Saqi Books, 2002.

\_\_\_\_\_. *The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2005b.

HERB, M. *All in the Family: Absolutism, Revolution, and Democracy in the Middle Eastern Monarchies*. Albany: State University of Nova Iorque Press, 1999.

HUNTIGTON, S. P. *O Choque de Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IHS JANE'S. *Country profile Iran*. Englewood: HIS Jane's, 2009a.

\_\_\_\_\_. *Country profile Saudi Arabia*. Englewood: HIS Jane's, 2009b.

INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY AGENCY (IAEA). *Conclusion of Additional Protocols: Status as of 24 September 2013*. Viena, 2013. Disponível em: <[http://www.iaea.org/safeguards/documents/AP\\_status\\_list.pdf](http://www.iaea.org/safeguards/documents/AP_status_list.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2013.

INTERNATIONAL TRADE CENTER. *Trade Map*. Genebra, 2013. Disponível em: <<http://www.trademap.org/>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

IRAN. *Constitution of the Islamic Republic of Iran*. Teerã, 1992.

\_\_\_\_\_. *Political Parties Law*. Teerã, 1989.

JABBER, P. Conflict and Cooperation in OPEC: Prospects for the Next Decade. *International Organization*, v. 32, n. 2, p. 377-399, Spring, 1978. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2706269>>. Acesso em: 25 out. 2013.

JOFFE, G. Saudi Arabia: Victim or Hegemon? In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p. 59-61.

JONES, T. Saudi-Shi'ite Political Relations in the Kingdom. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p. 44-46.

KATZ, M. N. Saudi-Russian Relations: 1979-2009. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p. 68-70.

KECHICHIAN, J. A. *Succession in Saudi Arabia*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2001.

KESHAVARZIAN, A. Contestation without Democracy: Elite Fragmentation in Iran. In: POSUSNEY, M. P.; ANGRIST, M. P. *Authoritarianism in the Middle East: Regimes and Resistance*. Boulder: Lynne Rinner, 2005. p. 63-88.

KHAMENEI, A. *Supreme Leader's Inaugural Speech at the 16th Non-Aligned Summit*. Teerã, 2012. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2012/08/30/30-august-2012/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

KHAN, S. *Iran and Nuclear Weapons: Protracted conflict and proliferation*. Oxon: Routledge, 2010.

KHATAMI, S. M. Address by H.E. Mr Mohammed Khatami, President of the Islamic Republic of Iran. In: UNESCO. *Round Table: Dialogue among Civilizations*. Nova Iorque: Nações Unidas, 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org/dialogue/en/khatami.htm>>. Acesso em: 18 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Address by Mr. Seyed Mohammad Khatami, President of the Islamic Republic of Iran. In: UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Official Records, Fifty-third Session, 8th plenary meeting*. Nova Iorque, 1998. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/a53pv8.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

LACEY, R. *Inside the Kingdom: Kings, Clerics, Modernists, Terrorists and the Struggle for Saudi Arabia*. London: Penguin Books, 2009.

LONG, D. E.; MAISEL, S. *The Kingdom of Saudi Arabia*. Gainesville: University Press of Florida, 2010.

LUCIANI, G. Allocation vs. Production States: A Theoretical Framework. In: BEBLAWI, H.; LUCIANI, G. *The Rentier State*. London: Croom Helm, 1987. p. 63-82.

MOULINE, N. From Generation to Generation: The Succession Problem in Saudi Arabia. In: MIDDLE EAST INSTITUTE. *The Kingdom of Saudi Arabia, 1979-2009: Evolution of a Pivotal State*. Washington: Middle East Institute, [2010]. p. 54-57.

ORGANIZATION OF ISLAMIC COOPERATION (OIC). *Member States*. Jeddah, 2013. Disponível em: <<http://www.oic-oci.org/oicv2/states/>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

OXFORD DICTIONARIES. *Definition of proxy war in English*. Oxford, 2013. Disponível em: <<http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/proxy-war>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

PATTI, C. Brazil and the nuclear issues in the years of the Luiz Inácio Lula da Silva government (2003-2010). *Revista brasileira de política internacional*, v. 53, n. 2, Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jul. 2013.

PELLETIERE, S. C. *Landpower and Dual Containment: Rethinking America's Policy in the Gulf*. Carlisle Barracks: US Army War College Press, 1999.

ROUHANI, H. *Statement by H. E. Dr. Hassan Rouhani President of the Islamic Republic of Iran at the Sixty-eight Session of the United Nations General Assembly*. Nova Iorque, 2013a. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2013/09/24/24-september-2013-2/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

\_\_\_\_\_. *Statement by H.E. Dr. Hassan Rouhani President of the Islamic Republic of Iran on behalf of the Non-Aligned Movement at the High Level Meeting of the General Assembly on Nuclear Disarmament*. Nova Iorque, 2013b. Disponível em: <<http://iran-un.org/en/2013/09/26/26-september-2013/>>. Acesso em: 16 out. 2013.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

SAUDI ARABIA. *Basic Law of Government*. Riad, 1993.

\_\_\_\_\_. *Shura Council Law*. Riad, 1992.

\_\_\_\_\_. *The Allegiance Institution Law*. Riad, 2006.

TAZMINI, G. *Khatami's Iran: The Islamic Republic and the Turbulent Path to Reform*. London: I.B. Tauris, 2009.

UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Official Records, Fifty-third Session, 53rd plenary meeting*. Nova Iorque, 1998a. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/pv53.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly 53/22. United Nations Year of Dialogue among Civilizations*. Nova Iorque, 1998b. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/r53-22.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly 54/113. United Nations Year of Dialogue among Civilizations*. Nova Iorque, 1999. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/r54-113.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly 55/23. United Nations Year of Dialogue among Civilizations*. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/r55-23.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly 56/6. Global Agenda for Dialogue among Civilizations*. Nova Iorque, 2001. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ares566e.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Security Council. *Security Council Committee established pursuant to resolution 1737 (2006)*. Nova Iorque, 2013. Disponível em: <<http://www.un.org/sc/committees/1737/>>. Acesso em: 21 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Security Council. *Security Council Imposes Additional Sanctions on Iran, Voting 12 in Favour To 2 against, with 1 Abstention*. Nova Iorque, 2010. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2010/sc9948.doc.htm>>. Acesso em: 21 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Security Council. *Security Council Imposes Sanctions on Iran for Failure to Halt Uranium Enrichment, Unanimously Adopting Resolution 1737 (2006)*. Nova Iorque, 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8928.doc.htm>>. Acesso em: 21 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Security Council. *Security Council Tightens Restrictions on Iran's Proliferation-Sensitive Nuclear Activities, Increases Vigilance over Iranian Banks, Has States Inspect*

Cargo. Nova Iorque, 2008. Disponível em:  
<<http://www.un.org/News/Press/docs/2008/sc9268.doc.htm>>. Acesso em: 21 out. 2013.

\_\_\_\_\_. Security Council. *Security Council Toughens Sanctions against Iran, Adds Arms Embargo, with Unanimous Adoption of Resolution 1747 (2007)*. Nova Iorque, 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2007/sc8980.doc.htm>>. Acesso em: 21 out. 2013.

UNITED STATES. *International Boundary Study n° 103: Kuwait-Saudi Arabia Boundary*. Washington: Department of State, 1970. Disponível em:  
<<http://www.law.fsu.edu/library/collection/LimitsinSeas/IBS103.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2013.

\_\_\_\_\_. Congress. *Iran and Libya Sanctions Act of 1996*. Washington, 1996. Disponível em:  
<<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-104hr3107enr/pdf/BILLS-104hr3107enr.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2013.

VISENTINI, P. *A Primavera Árabe: entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WALTZ, Kenneth N. Why Iran Should Get the Bomb: Nuclear Balance Would Mean Stability. *Foreign Affairs*. July/August 2012. Disponível em:  
<<http://www.foreignaffairs.com/articles/137731/kenneth-n-waltz/why-iran-should-get-the-bomb>>. Acesso em: 22 out. 2013.

## ANEXO A – MAPA DO GOLFO PÉRSICO



Fonte: GEOGRAPHIC GUIDE, [2013?].